



HAL
open science

Inventário da sociologia do engajamento militante: Nota crítica sobre algumas tendências recentes dos trabalhos franceses

Frédéric Sawicki, Johanna Siméant

► To cite this version:

Frédéric Sawicki, Johanna Siméant. Inventário da sociologia do engajamento militante: Nota crítica sobre algumas tendências recentes dos trabalhos franceses. *Sociologias*, 2011, 13 (28), pp.200-255. 10.1590/S1517-45222011000300008 . hal-03987482

HAL Id: hal-03987482

<https://hal.science/hal-03987482>

Submitted on 14 Feb 2023

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.



Open licence - etalab

Inventário da sociologia do engajamento militante. Nota crítica sobre algumas tendências recentes dos trabalhos franceses^{1,2}

FRÉDÉRIC SAWICKI*
JOHANNA SIMÉANT**

Resumo

Este artigo apresenta um levantamento crítico de um campo de pesquisa particularmente ativo na França, nos últimos vinte anos, a sociologia do engajamento militante. Ele retraza a renovação dessa corrente sociológica expressa pela instauração do paradigma interacionista, que se interessa pela dimensão processual do engajamento e das carreiras militantes, e também o modo como a noção de retribuições da militância foi aprimorada e repensada. Após um panorama dos debates teóricos relativos ao surgimento, ou não, de “novas formas” de militância, até mesmo de “novos militantes”, o artigo destaca dois desafios atuais da pesquisa, ambos relativos à questão da divisão social do trabalho: examinar mais atentamente o vínculo entre transformações macrosociais e engajamento, e a composição organizacional da militância.

Palavras-chave: Militância. Engajamento. Divisão do trabalho. Organizações. Profissionalização. Partidos políticos. Movimentos sociais. Associações.

1 Tradução de Patrícia C. R. Reuillard (UFRGS).

2 Artigo originalmente publicado em *Sociologie du travail*, Volume 51, nº 1, p. 97-125, janvier-mars 2009, sob o título “Décloisonner la sociologie de l’engagement militant. Note critique sur quelques tendances récentes des travaux français”. Agradecemos a autorização dos editores da *Revista Sociologie du travail* para a publicação do artigo neste dossiê.

* Professor de Ciência Política na Université Paris I-Panthéon-Sorbonne . E-mail: frederic.sawicki@univ-paris1.fr

** Membro do Institut Universitaire de France e professora de Ciência Política na Université Paris I (CESSP-CNRS). E-mail: jsimeant@univ-paris1.fr

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 28, set./dez. 2011, p. 200-255



sociologia do engajamento militante – entendida como toda forma de participação *duradoura* em uma ação coletiva que vise à defesa ou à promoção de uma causa – voltou a atrair muito interesse nos últimos vinte anos, especificamente na França, mas também no mundo anglo-saxão, e também sofreu uma profunda renovação de seus questionamentos. Essa área de pesquisa, associada à das mobilizações coletivas, ainda não se constitui totalmente como uma subárea disciplinar distinta³ na França, sem dúvida, devido mais à proveniência disciplinar variada de seus protagonistas – ciência política, sociologia, história e, em menor medida, economia e psicologia social – do que à falta de participantes. Em razão do próprio caráter abundante e pluridisciplinar desses trabalhos de pesquisa, esta apresentação não tem um caráter exaustivo, mas visa destacar os eixos de reflexão mais instigantes e salientar aqueles que merecem maior aprofundamento. Para tanto, nós nos basearemos, em parte, em nossos próprios trabalhos sobre o engajamento sindical, partidário e humanitário.

Todavia, convém observar neste preâmbulo que, do ponto de vista das áreas de investigação, esse aumento de interesse não atingiu todos os tipos de militância: a militância “moral” (Reynaud, 1980), batizada às vezes de “altruísta” (Giugni e Passy, 2001), que caracterizaria os movimentos de defesa dos “sem”, o “altermundialismo”, as associações de proteção ao meio ambiente, ou as associações que atuam no setor humanitário em sentido amplo, polarizou mais a atenção do que a militância partidária, sindical ou profissional. Por outro lado, as causas globais foram privilegiadas em detrimento das causas estritamente locais, com frequência tratadas com prejuízos, como indica o uso pouco distanciado do

3 Para isso, faltaria, por exemplo, uma revista especializada.

termo NIMBY (“*Not in my backyard*”) para qualificá-las⁴. A militância ligada ao trabalho e à defesa do nível de vida, em suas formas cooperativa, mutualista, associativa, sindical ou partidária, parece relegada aos historiadores (Dreyfus *et al.*, 1996). Do mesmo modo, a militância em grupos considerados “de esquerda” foi mais explorada do que aquela dos grupos orientados à direita ou que se dizem apolíticos (sindicatos patronais ou independentes, associações de defesa do patrimônio, da escola particular, dos clubes de serviço⁵, etc.). O caráter seletivo da escolha das áreas de pesquisa contribuiu assim, à sua maneira, para alimentar a crença no declínio de certas formas de militância consideradas “tradicionalistas”.

Na prática, a militância partidária de esquerda continua sendo, na França, o “quadro nocional” (Fretel, 2004a, p.77) subjacente a inúmeros trabalhos sobre o engajamento. Esse efeito foi reforçado pelo apoio dado, por numerosos sociólogos que se debruçam sobre a política, ao trabalho pioneiro⁶ de Bernard Pudal (1989; Pannetier e Pudal, 1992) e por um grande número de trabalhos consagrados à militância comunista até pouco tempo atrás (Marijnen, 2000; Mischi, 2002; Ethuin, 2003a; Matonti, 2005; Lecerq, 2005). O pano de fundo de inúmeras reflexões sobre o *engajamento* (termo que designa precisamente um papel assumido na duração) permanece a militância operária e comunista. A pregnância implícita, até mesmo recalçada desse modelo – mal apreendido quando referido a um “antes” idealizado e, em geral, muito pouco estudado – tem várias consequências.

4 As associações locais foram paradoxalmente deixadas de lado depois de serem objeto de inúmeras investigações, em particular no final dos anos 1970, no âmbito do programa Observatório da Mudança Social do CNRS (Centro Nacional para a Pesquisa Científica). Para uma análise crítica dos usos do rótulo “Nimby”, ver principalmente Trom, 1999.

5 Apenas a militância no mundo agrícola foi alvo de investigações aprofundadas (Maresca, 1983; Lagrave, 1987; Purseigle, 2004). Sobre os clubes de serviço, ver a tese de Sandrine Gousset (2004) sobre o Rotary Club.

6 Sobretudo porque ele possibilita pensar de modo estimulante as gratificações e as lógicas do vínculo entre o indivíduo e a organização.

Na análise do engajamento em geral, a referência à militância comunista contribuiu para alimentar uma oposição tácita (que tinha, é verdade, outras causas) entre a “velha” militância operária e os supostos “novos militantes”. Essa oposição se combina com a ideia, defendida principalmente pelos partidários das teses pós-materialistas e da nova cultura política, de que se estariam desenvolvendo novas clivagens e, conseqüentemente, novas reivindicações (Touraine, 1969; Offe, 1997; Inglehart 1977 e 1993; Clark e Hoffman-Martinot, 2003). Essa oposição, assim como seus críticos, já é conhecida (Fillieule 1997, p.191-201; Collovald *et al.*, 2002, p. 181-187) e foi consolidada pela história particular da sociologia dos movimentos sociais nos Estados Unidos, onde o próprio termo *social movement* parece exclusivo da referência ao movimento operário. A adesão de uma parcela dos sociólogos europeus, no decorrer dos anos 1970-80, aos supostos *New Social Movements* (NSM) contribuiu amplamente para difundir esse postulado. A análise do engajamento no mundo sindical parece, assim, ter sido singularmente deixada de lado. Durante muito tempo, coexistiram então, sem muita interlocução, duas sociologias: uma sociologia do sindicalismo que, voltada para as organizações, relações profissionais e mutações do assalariado, interessava-se mais pela crise global do sindicalismo do que pelas trajetórias militantes (Capdevielle Mouriaux, 1972; Mouriaux, 1983 e 1998; Tixier, 1992; Croisat e Labbé, 1992; Labbé, 1996; Labbé e Courtois, 2001; Andolfatto e Labbé, 2006a e 2006b); uma sociologia que abria espaço para o engajamento, mas ou no âmbito do Partido Comunista Francês (PCF), ou no mundo associativo a ele ligado, como mostra a abundância de trabalhos locais consagrados ao meio comunista nos anos 1980 (Fourcaut, 1986; Hastings, 1991; Retière, 1994b).

Por parecer corresponder pouco ao modelo de submissão à organização, a militância em outros partidos além do comunista foi por muito tempo negligenciada. É verdade que a imagem (por vezes, mais do que a

realidade) da militância comunista parece fornecer todas as condições de felicidade e de possibilidade do engajamento militante, ou seja, retomando o conceito elaborado por Charles Tilly, um forte *catnet*, isto é, uma forte identidade social acompanhada por densas redes de sociabilidade informal, mas também organizada (Tilly, 1978). Não é de surpreender que os raros trabalhos sobre a militância partidária nos anos 1990 tenham escolhido o caso da Frente Nacional (Lafont 2001a e 2001b; Bruneau, 2002; Boumaza, 2002; Bizeul, 2003), cujas propriedades justificavam melhor uma análise em termos de carreira, de inversão dos estigmas e até de “contra-sociedade” (Venner, 2002).

Em todo caso, a maioria dos trabalhos dos últimos vinte anos que tratou, de modo direto ou mais indireto, do engajamento “nos”⁷ movimentos sociais se centrou em causas recentes, na maior parte do tempo das novas organizações. Estudou-se assim uma série de movimentos que se desenvolveram, desde os anos 1970, mais frequentemente sob a forma associativa (Barthélemy, 2000; Hamidi, 2002): movimentos de solidariedade (Fillieule, 2000; Giugni e Passy, 2001; Lechien, 2003), de dimensão altruísta (Ravon e Raymond, 1997; Passy, 1998; Duchesne, 2003), humanitários (Dauvin e Siméant 2002; Collovald, 2002; Parizot, 2003; Zunigo, 2003), ambientalistas (Ollitrault, 2001 e 2008), antirracistas (Juhem, 1998), pelo direito dos enfermos (Broqua e Fillieule, 2000 e 2001), das mobilizações de prostitutas (Mathieu, 2001), dos sem-documentos (Siméant, 1998; Blin, 2005), dos sem-teto (Péchu, 2001 e 2004), dos sem-emprego (Maurer, 2001; Maurer e Pierru, 2001), ou dos três

7 Na verdade, bem mais frequentemente da “participação em”. É significativo que a contribuição de Dominique Memmi (intitulada “O engajamento político”) no *Traité de science politique* de Madeleine Grawitz e Jean Leca seja um texto consagrado acima de tudo às lógicas da participação, levando pouco em conta a relação com o tempo e a estabilidade do engajamento (Memmi, 1985).

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 28, set./dez. 2011, p. 200-255

ao mesmo tempo (Mouchard, 2002; Garcia, 2005), subsumidos sob o termo “sem”; mais recentemente, as mobilizações “anti”, como o “movimento antipublicidade” (Dubuisson-Quellier, Barrier, 2007), os anticonsumistas (Micheletti 2003; Chessel e Cochoy, 2004); e, enfim, “alter”, com os altermundialistas (Agrikoliansky e Sommier 2005; Agrikoliansky, Fillieule e Mayer, 2005). Nessa tendência geral, não se deve esquecer o papel estruturante do financiamento da pesquisa; lembremos os programas institucionais franceses de pesquisa – Plano Urbanismo Construção Arquitetura (PUCA), Missão Pesquisa (MIRE) e Associação Nacional de Readaptação Social (ANRS) – que apoiaram o estudo das associações locais, de solidariedade ou de defesa do meio ambiente⁸.

A escolha desses movimentos, frequentemente construídos a partir do modelo do “antes” e do “depois” (antes e depois de Maio de 68, no caso francês), trouxe paradoxalmente para a sociologia do engajamento militante aqueles que pretendiam trabalhar com o “novo” e não com as formas implicitamente desvalorizadas do engajamento (partidário e sindical). Os trabalhos recentes deveriam ser relidos à luz das temporalidades implícitas que eles revelam. Isso certamente contribuiu para que as generalizações que eles fazem sejam marcadas pelos casos empíricos em que se assentam. A escolha desses objetos, implicitamente selecionados devido à sua novidade, gerou assim pontos cegos:

- uma tendência a caracterizar como novas algumas formas de militância que, de novo, só tinham o nome às vezes (mesmo que isso não seja pouco), ao passo que uma parcela dos atores que as exerciam se caracterizava mais por sua antiguidade na militância e sua socialização no âmbito de organizações de obediência católica, ou

⁸ Os próprios autores deste texto tiveram várias de suas atividades de pesquisa financiadas pela MIRE (1997) e pelo PUCA...

ligadas ao meio leigo ou comunista. Privilegiar o estudo de formas de militância apresentadas como “novas” acaba contribuindo para uma indistinção entre novidade temática e novidade dos militantes (*Politix*, 2004). Efeitos de teoria e atratividade desigual dos movimentos sociais levaram a negligenciar o multiengajamento e as longas trajetórias de engajamento de muitos daqueles que, mesmo ao preço de grandes revisões ideológicas ou biográficas às vezes, ou ao menos de um trabalho sobre a fidelidade a si mesmo jamais evidente⁹, povoam esses movimentos com novas temáticas.

- como os trabalhos de sociologia das mobilizações se concentram em organizações bastante frágeis, ou assim percebidas devido às supostas aspirações anti-hierárquicas das novas classes médias, deuse pouca atenção aos efeitos de organização, a não ser através da temática da “profissionalização” e das tensões que ela induzia. Esta última não tinha, entretanto, nada de unívoco. A maneira como as organizações trabalham e selecionam aqueles que fazem parte delas foi quase sempre negligenciada.

- o desinteresse pelo caráter desigualmente objetivado e institucionalizado dos grupos militantes levou a deixar de lado questões conexas, como a dos capitais individuais necessários ou favoráveis à ação em estruturas menos institucionalizadas.

Esse superinvestimento no estudo de tais associações repercutiu-se, de modo paradoxal, em uma renovação bastante recente do estudo das

9 Lembremos daqueles sindicalistas da Confederação Francesa Democrática do Trabalho (CFDT), que tiveram de aprender novas formas legítimas de engajamento dentro de uma organização humanitária ligada à empresa estatal de eletricidade francesa, a EDF – os comitês de empresa Clubes CODEV, que se tornaram Électricité Sans Frontières – ainda que sua antiguidade de militante os predispusse particularmente a se engajar em seu seio (Collovald et al., 2002).

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 28, set./dez. 2011, p. 200-255

organizações operárias, sindicais e da militância partidária, que pode ser imputada não somente aos apelos a um resgate desses objetos, mas talvez também à saturação de sociólogos em qualquer associação caritativa, humanitária, altermundialista ou de defesa dos “sem”.

Antes de retomar esses problemas mais detalhadamente, salientando sobretudo a integração dos níveis e dos métodos de análise, tentaremos identificar as principais contribuições das pesquisas recentes, que compartilham, em muitos casos, o paradigma interacionista.

1. Uma renovação salutar da sociologia do engajamento militante

1.1 *A instauração do paradigma interacionista*

Até os anos 1990, na França, a sociologia da militância se resumia, na maioria das vezes, ou a uma sociologia das organizações centrada nas relações entre dirigentes militantes e partidários (na linha do trabalho fundador de Robert Michels sobre o partido social-democrata alemão SPD), ou a uma sociologia quantitativa dos militantes e dos dirigentes, considerados separadamente. O trabalho militante e as retribuições dos membros eram, salvo exceção (Kriegel, 1968), mais postulados ou idealizados (Mothé, 1973; Bourdet, 1976) do que descritos e analisados, assim como a circulação entre as organizações que compõem os meios ou sistemas sociopolíticos de ação¹⁰. As trajetórias eram examinadas de modo pouco

10 O levantamento da bibliografia feito por Jacques Capdevielle e René Mouriaux em 1972, embora mencione 116 obras ou artigos, ressalta o caráter parcelar e lacunar das pesquisas sobre a militância sindical: “pobreza dos dados”, “silêncio sobre a militância sindical das mulheres” e dos imigrantes, “ausência de análises aprofundadas das relações entre militância sindical e engajamento partidário”, “nada de comparável aos trabalhos de R. Michels ou de Mills no que tange aos sindicatos franceses”, desconhecimento dos “mecanismos de seleção dos militantes”...

dinâmico e os mecanismos de seleção e de formação, ignorados. Enfim, a articulação entre o contexto e a variação dos níveis e das formas de investimento militante era pouco estudada enquanto tal¹¹. Já as pesquisas sobre os movimentos sociais, por muito tempo encarnadas pela escola de Touraine, privilegiavam de fato a análise do sentido da ação, coproduzida com os pesquisadores através das reuniões de grupo (a famosa “intervenção sociológica”), em detrimento da sociologia dos atores e de suas interações (Touraine, 1982).

Assim como a análise dos políticos era dominada por uma perspectiva em termos de classes ou grupos sociais (Sawicki, 1999), a sociologia dos militantes, essencialmente quantitativa, visava primeiramente a caracterizar as organizações ou os movimentos em relação à estrutura social. A sociologia dos sindicalistas e a dos militantes partidários, salvo exceção (Lagroye *et al.*, 1976), também eram um meio de correlacionar organizações e estrutura social e de confirmar ou infirmar suas pretensões a representar ou não um determinado grupo social. Seguindo a mesma linha, a escalada associativa dos anos 1970 foi essencialmente interpretada como a tradução do surgimento das novas classes médias assalariadas e suas preocupações específicas (estilo de vida, meio ambiente, serviços, urbanos, etc.) no cenário reivindicativo e social. Esse investimento associativo era frequentemente visto como uma via própria de acesso à notabilidade (Apkarian-Lacout e Vergès, 1983). As abordagens dominantes tinham, portanto, uma tendência holística e privilegiavam o nível mesológico (as organizações) ou macrológico (as estruturas sociais). Elas se interessavam pelas organizações ou pelos movimentos em si e não pelo fenômeno mi-

11 Assim, a abordagem psicossociológica das motivações dos militantes da CFDT, de Andrieux e Lignon (1973), relaciona-as unicamente à sua insatisfação no trabalho. Para um balanço das pesquisas sobre a militância na França até o início dos anos 1980, ver Subileau (1981).

litante ou pelas lógicas de engajamento enquanto tais. Prova disso é o atraso não somente de tradução, mas também de discussão das teses de Mancur Olson na França e, antes delas, de toda a literatura sobre os comportamentos coletivos (Fillieule e Péchu, 1993).

O esgotamento dos paradigmas marxista e estruturalista, transferindo a atenção dos sociólogos para a ação e as interações, e também para a história e, portanto, para a dialética ação/instituição influenciou profundamente a sociologia do engajamento militante e favoreceu sua renovação a partir dos anos 1980. De início, levantando a questão tabu das retribuições da militância; em seguida, superando uma concepção bastante redutora da socialização militante – ou como produto da socialização primária, ou como resultante principal do trabalho de doutrinação e de controle ideológico realizado dentro das organizações. Paralelamente, a pesquisa se interessou pelas mutações das formas de engajamento e dos repertórios de ação, mais uma vez de modo transversal. Assim, pode-se caracterizar esquematicamente a mudança ocorrida como a instauração de um paradigma individualista, não no sentido estrito do individualismo metodológico, mas integrando a análise das interações entre indivíduos e entre indivíduos e contextos de ação, o que autoriza a falar de *paradigma interacionista*.

1.2 “Retribuições” revisitadas

Mais do que expressar adesão total a uma explicação utilitarista da ação, o apelo ao modelo das “incitações seletivas” de Olson constituiu um instrumento de ruptura com as explicações da militância apenas recorrendo à ideologia. Esse modelo sofreu uma aclimação particular na França devido à sua utilização frequente na versão das *retribuições da militância* (Gaxie, 1977): o intuito era, então, livrar-se das abordagens mais “sedutoras” do engajamento. Quando importada pelos franceses, no início dos anos 1990, a sociologia das mobilizações apelou amplamente à noção de

recursos. Os pesquisadores se dedicaram então a identificar nas mobilizações aqueles que provavelmente as instigavam, considerando os recursos que detinham, em uma “síntese original” (e improvável!) entre a sociologia de Pierre Bourdieu e as correntes anglo-saxônicas, visando a se afastar das análises mais macrosociais e teleológicas dos movimentos sociais.

Essa renovação parcial da sociologia do engajamento como um subproduto da sociologia das mobilizações teve importantes consequências. Embora muitas vezes assimiladas uma à outra, sociologia do engajamento e mobilização não se debruçam exatamente sobre as mesmas questões. Os sociólogos das mobilizações, em vista da dimensão pontual dos fenômenos observados, pouco se questionam sobre a perpetuação e a manutenção do papel do militante: em última instância, basta-lhes que pessoas se tenham mobilizado uma vez para que seu objeto exista! As mobilizações não repousam unicamente naqueles que as fazem e que podem ser considerados mais *engajados*: o êxito de uma mobilização vem também do fato de que a ela se associam, além dos convictos, outros atores cuja mobilização é pensada na curta duração¹².

Porém, o uso intensivo da noção de “recursos”, pensada de modo mais substancial do que relacional, e a tendência a aplicar o modelo das retribuições sem matizar sua pertinência atingiram seus limites. O retorno de Daniel Gaxie ao seu texto de 1977 é sintomático do necessário refinamento de uma categoria que convinha especificar sob pena de vê-la perder todo seu interesse heurístico: “Os interesses pessoais distintos das finalidades coletivas [...] são objeto de um trabalho coletivo e individual de repressão, de recalçamento, de defesa e de racionalização. Dois obstáculos ameaçam consequentemente a análise: a redução e a sedução.” (Gaxie, 2005, p. 170).

12 Nessa sociologia, os “militantes por consciência” foram, aliás, um meio de considerar o que se havia deixado de lado, ao tratar dos engajamentos de longa duração...

Várias maneiras de dar conta melhor do modelo das retribuições surgiram. Inicialmente, manifestou-se uma preocupação de especificar a dimensão relacional das retribuições, visto que só podem ser pensadas a partir do que significam em uma posição social específica. A consideração da socialização dos indivíduos, que contribui para tornar desejáveis alguns tipos de retribuições mais do que outros, insere-se evidentemente nessa linha. A distinção entre competências e apetências, desenvolvida principalmente por Bernard Lahire (1998), foi empregada de modo útil para melhor compreender como se pode ter a capacidade de agir sem apreciar isso, ou vice-versa. O problema não é tanto decretar que determinada atividade proporciona retribuições “simbólicas”, mas sim compreender por que certas práticas militantes as proporcionam e permitem, mais do que outras, extrair uma gratificação disso sem terem sido, aliás, antecipadas (Lagroye e Siméant 2003, p. 56). A “sedução” é um enigma sociológico que não se poderia evitar, invocando a consciência pesada dos atores. É toda a economia afetiva dos movimentos que é hoje uma grande brecha na sociologia dos movimentos sociais, desde que as emoções sejam consideradas em relação à sua ancoragem social (Traïni, 2008)¹³. Na linha de Hirschman (1983 e 1995), a atenção deve mais uma vez se voltar para o lado supergerador do engajamento e, mais geralmente, para as situações em que a ação é em si mesma a própria recompensa. Em comparação com a mídia, a escola, as igrejas ou a política normal, salienta Jasper (1997, p. 5), o protesto é uma das raras situações em que se pode desenvolver e articular as convicções morais pessoais.

13 Essa necessidade de levar sociologicamente em conta as emoções ou objetos que poderiam ser remetidos ao psiquismo explica a acolhida dada aos trabalhos de Muriel Darmon (2003) e, anteriormente, aos de Jacques Maître (1994) na sociologia política francesa.

As retribuições merecem ainda mais ser evocadas porque se adota um modelo sequencial de explicação, distinguindo o que favorece o engajamento do que pode, em seguida, reforçá-lo (Siméant, 1998, p. 146), e distinguindo o que foi antecipado, mesmo semiconscientemente e denegado, do que foi descoberto na prática, ou no que Daniel Gaxie (2005) denomina “escotomização” das retribuições. Do mesmo modo, o trabalho de censura e de manipulação das retribuições pela organização foi evocado em várias pesquisas consagradas ao PCF; assinalemos, dentre outras, as de Bernard Pudal (1989), Frédéricque Matonti (2005) e Nathalie Ethuin (2003a e 2003b).

Enfim, a atenção se deteve, ainda que de modo desigual, na variação da atratividade das causas, diretamente correlata do crédito que se pode extrair do investimento pessoal em uma causa: referimo-nos principalmente ao trabalho de Philippe Juhem (1998 e 2001) sobre a associação francesa *SOS Racisme*, e ao de Bénédicte Havard-Duclos e Sandrine Nicourd sobre a *Droit au Logement* (DAL), entidade de apoio à habitação, e uma associação de alfabetização (2005). Quer se pense na variabilidade das retribuições no tempo ou naquela da atração das causas, um segundo eixo importante dos trabalhos dos últimos anos reside em uma consideração maior do tempo na análise do engajamento.

1.3 *Carreiras militantes: o engajamento como processo*

O recrutamento deixou de ser visto como fruto de uma socialização linear, com efeitos cumulativos e mecânicos, levantados por meio de indicadores estatísticos padronizados. Assim como os sociólogos do desvio superaram as explicações deterministas, fundadas na socialização ou na anomia para justificar comportamentos delinquentes (Ogjen, 1999), a sociologia da militância se voltou para a análise das interações que presidem à adoção e, sobretudo, à estabilização em uma *linha de ação* militante batizada, seguindo Howard Becker (1960), de “carreira” (Fillieule, 2001).

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 28, set./dez. 2011, p. 200-255

O compartilhamento de propriedades sociais entre um indivíduo e os membros de um grupo mobilizado e, portanto, a existência de uma comunhão de ideias e de *habitus* não bastam para orientar um indivíduo para determinando grupo mobilizado; na maior parte dos casos, a mediação de pessoas próximas é necessária, senão suficiente (Snow *et al.*, 1980; Gould, 1991; Passy, 1998; Diani e McAdam, 2003; Duriez e Sawicki, 2003). Ainda que a existência de vínculos nem sempre comprove sua eficácia ou efetividade, os relatos biográficos frequentemente confirmam o papel dos pais, amigos, colegas, até mesmo de certas figuras tutelares (professor, sacerdote, militante exemplar...) na passagem à ação. A psicossocióloga Molly Andrews (1991), que coletou e analisou a biografia de militantes socialistas britânicos que atuaram dos anos 1930 até os anos 1980, sem nunca parar, identifica três influências maiores na formação da consciência política dessas pessoas: os estímulos intelectuais (obras, filmes, educação informal), o papel de organizações bastante visíveis (organizações de jovens, sindicatos...) e o de indivíduos reconhecíveis. A experiência vivenciada como membro da classe operária não basta pra compreender o engajamento. Pouco afeitos à leitura de obras políticas, os jovens operários foram, em um primeiro momento, muito influenciados por suas relações com militantes. Por intermédio desses indivíduos, esses jovens foram levados a ler (geralmente a imprensa política e sindical) e a elaborar suas próprias justificativas para agir, ousando assistir à sua primeira reunião pública. O papel da educação formal foi irrisório no desenvolvimento de seu engajamento, e as predisposições familiares mostram-se relativamente fracas. Com frequência, é um vizinho, um colega de escola ou de oficina mais velho que faz as vezes de iniciador. Entre os militantes oriundos das classes médias, a religião frequentemente desempenhou um papel determinante na conscientização da injustiça, mas também por intermédio de um pastor ou de algum líder associativo.

Não deixa de ser significativo que os primeiros sociólogos a explorar essa linha teórica e empírica sejam especialistas dos processos de conversão religiosa¹⁴. David Snow, que trabalhou de início sobre as conversões ao budismo, lembra assim, em um artigo de síntese, que os estudos sociográficos nesse campo se limitaram por muito tempo a circunscrever grupos alvos, ao passo que só a análise das interações e das redes sociais permite explicar as chances desiguais de conversão de membros desse grupo. “A existência de um vínculo positivo e interpessoal com um ou vários membros do grupo pode funcionar como um canal de informação; ela aumenta a credibilidade dos apelos e intensifica a pressão para tornar tais apelos e as práticas correspondentes aceitáveis. Não é de surpreender, nessas condições, que a conversão seja improvável na ausência de vínculos afetivos.” (Snow e Machalek, 1984, p. 183).

Em um estudo recente sobre a adesão sindical à CFDT, confirmamos o papel central dos colegas sindicalizados no processo de adesão e, em menor medida, o papel dos familiares e amigos, que representam ora “modelos”, ora “padrinhos” numa socialização que funciona mais por impregnação e identificação do que por inculcação de mensagens e de valores explícitos (Duriez e Sawicki, 2003). Mesmo abrindo espaço para os acasos biográficos, essa abordagem confirma a continuidade entre sociabilidade informal e formal e a raridade dos engajamentos espontâneos após campanhas voluntaristas de adesão por meio do correio ou da mídia. A determinação de propriedades adaptadas à militância depende bastante das redes sociais: assim, a entrada no mundo humanitário remete amplamente à inserção em redes que podem ser não só de recrutamento, mas mais geralmente de “busca” de perfis humanitários (Dauvin e Siméant, 2002). O papel dessas pessoas ou desses grupos consiste em convencer os futuros

14 Referindo-se, entre outros, a Lofland e Stark (1965).

candidatos ao engajamento de que correspondem aos perfis procurados, ou então em aconselhá-los a aperfeiçoar seu currículo. Introdutores na carreira humanitária e, ao mesmo tempo, prova frequente de uma real inserção dos aspirantes humanitários no meio que leva a isso, esses indivíduos (outros voluntários, empregados de certas organizações, às vezes, pessoas encontradas ao acaso em um período de disponibilidade, etc.) contribuem para a materialização do engajamento e fazem a diferença entre aqueles que darão o primeiro passo e os outros. Esse papel também pode incumbir a certas autoridades sociais, como aqueles padres que encorajam jovens católicos que hesitam em entrar na política e que ratificam sua orientação potencial para a União para a Democracia Francesa (UDF) (Fretel, 2004b). Assim como os capelães da Ação Católica (Berlivet e Sawicki, 1994), estes contribuem para estimular pessoas com disposições que lhes pareçam particularmente adaptadas a investir nas esferas militantes.

As pesquisas recentes também insistiram sobre o papel das redes sociais como suporte de sociabilidade e de novas identidades que contribuem para a eficácia e manutenção do recrutamento na ação coletiva. O engajamento, visto que supõe endossar um novo papel e uma nova identidade (“sindicalista”, “defensor do meio ambiente”, “militante socialista”, entre outras), reduz o campo das possibilidades dos indivíduos, principalmente quando “marca” ou estigmatiza, como mostra o caso dos sindicalistas que, apresentando-se como tais, assumem o risco de sacrificar uma parte de sua carreira profissional. O engajamento leva a endossar uma identidade para si mesmo e para os outros, que pode ser custoso e doloroso abandonar (Ebaugh, 1988). Como lembra Doug McAdam, ressaltando o papel das “incitações à solidariedade”: “A maioria dos indivíduos age de modo rotineiro para proteger e sustentar as fontes centrais de significação e de identidade que compõem suas vidas. [...] As pessoas buscam atender às injunções daqueles cuja aprovação e apoio emocional são particularmente

importantes para nossas vidas e nossas identidades.” (2005, p. 57). Essa perspectiva permite abordar de maneira relacional a questão dos “benefícios”, inclusive prazeres e emoções, da adesão, articulando-a ao mesmo tempo à da identidade para si mesmo e para os outros. O ajuste ou, ao contrário, o desajuste entre esfera de amigos, familiar, profissional e militante condicionam as chances de se permanecer ou não engajado, ou até de aumentar a intensidade do engajamento. Tensões identitárias, conflitos de papéis e impossibilidades práticas entre as expectativas e os valores próprios a cada uma dessas esferas podem levar, desse modo, ao questionamento de um engajamento militante. A valorização (ou simplesmente a aceitação) da militância no universo familiar e afetivo, sua compatibilidade e até sua articulação com a carreira profissional têm, ao contrário, todas as chances de reforçar o investimento militante. Nesse caso, pode-se então falar de verdadeiros efeitos *catraca*: uma vez endossada a identidade, e até invertido o estigma, todo retrocesso representa um custo afetivo considerável, como bem demonstrou Marnix Dressen acerca de muitos operários maoístas voluntários, que permaneceram nas fábricas, na França, bem depois do desmantelamento de sua organização (1999).

Essa abordagem, embora abra espaço para os encontros parcialmente fortuitos e para a influência das conjunturas históricas, levou, por vezes, a uma singularização extrema das explicações e ao fascínio de certos pesquisadores pela análise biográfica¹⁵. Embora não se negue a contribuição

15 Levanta-se aqui o problema metodológico da reconstituição das biografias em um sentido bem orientado pela prática atual da militância, que corre o risco de apagar a pluralidade das inscrições e esferas de vida dos indivíduos (Strauss, 1993, p.41-43; Passy, 1998). As organizações militantes se compõem pela força das coisas de indivíduos inseridos em uma multiplicidade de lugares do espaço social. As proclamações metodológicas contra a ilusão biográfica nem sempre impedem seus autores de sucumbir a isso. Embora a atenção dada à temporalidade das carreiras tenha constituído um avanço considerável procurando apreender certos aspectos do desencadeamento, da manutenção ou, ao contrário, do esfecelamento do engajamento (cf. Mc Adam, 1986, 1988, 1989), nem sempre ela escapou a formas de história de vida de cunho às vezes muito psicologizante, efetuando um desenrolar rápido de histórias individuais de contextualização frequentemente limitada.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 28, set./dez. 2011, p. 200-255

deste ou daquele estudo aprofundado de caso, seja em razão de seu caráter atípico ou extremo (Maître, 1994; Sommier e Brugié, 2005), seja, ao contrário, em virtude de sua exemplaridade (Pudal, 2005), é grande o risco de esquecer que o que permite com frequência o êxito das mobilizações coletivas¹⁶ e sua inscrição na duração é precisamente a existência de experiências sociais compartilhadas por grupos de indivíduos com propriedades análogas, senão similares. Jean Peneff (1979) já havia mostrado bem isso em seus trabalhos sobre os militantes sindicais. Sylvain Maresca (1983) o confirmou com os sindicalistas agrícolas; Bernard Pudal (1989), com os quadros comunistas partidários de Maurice Thorez, dos anos 1930; Christophe Charle (1994), com os estudantes socialistas da *École Normale Supérieure* da *Belle époque*; Frédéric Sawicki (1997), com os militantes socialistas; Marnix Dressen (1999), com os militantes da extrema-esquerda maoísta; Éric Agrikoliansky (2001 e 2002), com os militantes da Liga dos Direitos Humanos, etc. De fato, as mobilizações que têm êxito e que duram se apoiam, muitas vezes, em núcleos militantes que, embora nem sempre se conheçam *a priori*, compartilham experiências próximas, que alimentam afinidades mutuamente reconhecidas. Os alertas de Michel Dobry (1986) para a heterogeneidade das mobilizações e dos motivos desencadeadores não contradizem – e não deveriam desencorajar – uma consideração das propriedades sociais daqueles que se engajam e do papel das afinidades e similaridades de socialização.

Assim, o grande investimento de jovens de famílias católicas de meios populares na Juventude Operária Cristã (JOC) e, depois, na Confederação Francesa dos Trabalhadores Cristãos (CFTC), na Bretanha do pós-guerra, mesmo que se restrinja a uma minoria, situa-se na confluência da história

16 O trabalho de Fabienne Federini (2006) é uma exceção a isso, na maneira como ela compara o que caracteriza Jean Cavaillès e Jean Gosset em relação aos outros intelectuais e egressos da *École Normale* de sua geração que não se engajaram na Resistência.

global e individual (Berlivet e Sawicki, 1994). Em comum, eles têm a experiência do desenraizamento, da injustiça, através do tratamento desigual que recebem na escola católica; muitos deles foram criados pela mãe, na ausência de um pai frequentemente morto na guerra ou em consequência dela. Ainda que cada experiência particular tenha sua força e marca individual, esses jovens compartilham os mesmos (res)sentimentos e aspirações. Encontrarão uma tradução associativa e posteriormente sindical porque, no mesmo período, jovens capelães da Igreja católica buscam evangelizar as classes populares. A Ação Católica serve então de receptáculo a essas experiências díspares, fornecendo-lhes uma significação comum e tratando-os como “pessoas” de verdade. O grande investimento no grupo corresponde ao que seus membros extraem dele no plano do desenvolvimento intelectual e consubstancialmente afetivo. Nesse sentido, se a JOC é percebida como uma segunda família, isso não se explica simplesmente pela experiência singular de alguns, mas porque esse sofrimento se enraíza em uma história coletiva amplamente compartilhada. O “programa institucional” (Dubet, 2002) da Ação Católica opera, portanto, um ajuste entre as expectativas e os bens propostos pelo grupo, mas também em razão da identificação entre o discurso e as práticas da instituição e de seus representantes.

Esse exemplo ilustra um método encontrado em muitos dos trabalhos citados (Peneff, 1979; Maresca, 1983; Pudal, 1989; Sawicki, 1997; Dressen, 1999; Agrikoliansky, 2002). Trajetória individual e coletiva se combinam e co-determinam as carreiras militantes: não é possível separar, conforme veremos, o estudo das disposições, das fileiras e das redes de adesão e os das instituições ou mesmo simplesmente dos grupos que originam a institucionalização. Em outras palavras, a atenção dedicada às lógicas individuais jamais deve deixar esquecer que as lógicas de engajamento se inscrevem muitas vezes em trajetórias coletivas e que raramente surgem sem um trabalho de solicitação que emana de grupos ou

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 28, set./dez. 2011, p. 200-255

organizações já existentes. A insuficiente consideração desse trabalho e das injunções que pesam sobre as organizações se revela um dos limites principais dos trabalhos recentes que focalizaram as “dinâmicas individuais do engajamento” (Fillieule e Mayer, 2001).

1.4 *Das novas maneiras de militar aos novos militantes*

O outro limite se deve à reduzida articulação entre os casos estudados e as mudanças societais. Desse ponto de vista, o uso dos trabalhos do CRESAL (Centro de Pesquisas e de Estudos Sociológicos Aplicados da Região do Loire), tais como sintetizados por Jacques Ion, mereceria por si só uma análise (Ion, 1997; Ion e Peroni, 1997; Ion, 2001; Ion *et al.*, 2005). O livro *La fin des militants*, por sua concisão e pela sistematicidade das hipóteses, parece ter permitido a um bom número de pesquisadores liberarem-se da questão das transformações societais. Ao invés de ser um começo, o prelúdio a pesquisas para testar suas hipóteses, essa obra não suscitou, fora de seu laboratório de origem e da investigação sobre os Clubes CODEV da EDF dirigida por Annie Colovald (2002), pesquisas comparativas e sistemáticas para confirmar ou infirmar suas hipóteses. Com o engajamento “utilitário”, a situação parecia estabelecida: os militantes do passado estavam definitivamente fossilizados e os do presente, definitivamente liberados dos entraves institucionais e emancipados de qualquer socialização, como se fosse lógico examinar os primeiros com um macroscópio, e os outros com um microscópio (Sawicki, 2000).

Pode-se lamentar que a teorização de Jacques Ion (frequentemente confirmada ou desqualificada *a priori*) tenha sido objeto de tão poucos testes empíricos. Até que ponto as práticas e as organizações e identidades militantes mudaram, como já afirmava Emmanuèle Reynaud no final dos anos 1970, evocando engajamentos mais restritos e fragmentados (Reynaud, 1980, p. 280)? Se há mutações, como explicá-las? Por

meio de uma mudança nos “modos de crer” (Hervieu-Léger, 1999), ela própria ligada à emancipação dos indivíduos em relação aos programas institucionais rígidos (Dubet 1994 e 2002), ou então por um efeito intrínseco às novas questões públicas e à maneira como os poderes políticos as administram (Callon *et al.* 2001)?

Os trabalhos de Jacques Ion se dedicam às formas de ação, mas negligenciam as propriedades sociais dos militantes. As pesquisas ligadas à corrente pós-materialista pouco detalham essas “novas classes médias”, definidas de modo um tanto impreciso, além de uma vaga evocação ao nível de estudos. Paul Lichterman (1996), um dos raros pesquisadores a se ter debruçado sobre a ligação entre mudança das práticas militantes e disposições sociais, mostra, a partir de uma comparação por observação participante de movimentos de denúncia de sítios poluídos em contextos socioeconômicos contrastantes, dois tipos de engajamento que produzem e reforçam identidades específicas. O primeiro se sustenta em uma comunidade (*communitarian commitment*): igrejas protestantes negras cujos líderes estabelecem um vínculo entre proteção ao meio ambiente e dignidade das classes populares negras, mas também comunidades de classe média de periferia que apresentam por redes associativas e de vizinhança muito densas. O segundo, que ele denomina “personalista” (*personalized commitment*), repousa sobre a autonomia pessoal e coletivos mais amplos. Mobiliza prioritariamente pessoas muito instruídas e com poucos vínculos em um território. Essas duas formas criam diferentes laços de responsabilidades e definições do “bom” militante. Entretanto, as organizações baseadas no respeito à autonomia pessoal são obrigadas a um esforço permanente para reassegurar tais laços e, conseqüentemente, são submetidas a um forte *turn over* que as obriga a recorrer a meios substitutivos (busca de subsídios ou de patrocinadores, apelo a especialistas, etc.). Esse trabalho, que tem poucos equivalentes na França, mostra claramente que o modelo do engajamento distanciado relaciona-se menos à natureza

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 28, set./dez. 2011, p. 200-255

da causa defendida do que às propriedades sociais daqueles que a sustentam. Ele salienta igualmente as consequências organizacionais dessa disciplina frouxa e seus efeitos sobre os militantes reais e potenciais. Ter de recorrer a profissionais que se autofinanciam, criando campanhas de coleta baseadas em técnicas de *marketing* e de gerenciamento é um dos efeitos indesejados desse tipo de organização (Jordan e Maloney, 1997; Lefèvre, 2007) e leva a restringir os militantes de campo a tarefas estritamente circunscritas, reforçando por isso mesmo sua volatilidade.

Portanto, lógicas de profissionalização e de seleção social se alimentam mutuamente. Do mesmo modo que os sucessos dos partidos e dos sindicatos operários levaram à institucionalização e ao surgimento de um novo perfil de dirigentes e de militantes, o sucesso das mobilizações ambientais, feministas, anti-racistas, humanitárias, etc., afetou profundamente as organizações, tanto mais porque seus militantes provavelmente estavam, menos do que outros, dispostos a se contentar com tarefas de execução. O que distingue essas organizações dos sindicatos ou de certos partidos de origem operária ou ainda das Igrejas é que elas foram pouco incitadas a se dotar de um aparelho de formação generalista; apoiaram-se em seus membros que, em sua maioria, passaram pelos bancos universitários para se dotar da especialização de que precisavam.

2. Os desafios da pesquisa em sociologia do engajamento

Esta apresentação, necessariamente esquemática, delinea os contornos dos dois desafios principais com que se confronta a sociologia do engajamento militante e que têm a ver com a articulação dos níveis de observação: os níveis micrológico (os indivíduos e suas interações mútuas), mesológico (os grupos e as organizações mais ou menos institucionalizadas) e macrológico (as transformações socioeconômicas, culturais e políticas).

2.1 *Micro-macro: divisão social do trabalho e investimentos militantes*

A multiplicação dos estudos de caso, a exploração cada vez mais detalhada e meticulosa dos processos de socialização e de recrutamento, mas também das retribuições da militância, a extensão da análise aos processos de desengajamento (Fillieule, 2005) e de reconversão (Ubbiali, 1999; Willemez, 2004; Gaubert e Tissot e Lechien *et al.*, 2006), proporcionaram progressos consideráveis na compreensão das lógicas individuais que levam à militância. Atentas às interações entre o indivíduo, seu meio de vida (ou seja, suas redes pertinentes) e o contexto sociopolítico, as pesquisas recentes souberam deixar de lado a ontologia própria aos modelos utilitaristas e a certas formas de individualismo metodológico. Nesse sentido, inscrevem-se em uma concepção da ação presente em amplos espaços da sociologia contemporânea, bem sintetizada na França, cada um com suas inflexões específicas, por François Dubert (1994) e Bernard Lahire (2002). Essas pesquisas dão lugar às “variações individuais”, aos “acasos” biográficos ligados a encontros ou a acidentes, aos contextos locais, à dinâmica própria decorrente da participação na vida de um grupo ou de uma organização. A consideração das experiências complementa aquela das disposições (Sawicki, 2003).

Entretanto, essa atenção dada ao nível micrológico levou a negligenciar os efeitos das mudanças sociais sobre o custo do engajamento, o capital militante, a disponibilidade a se engajar e as expectativas em relação à militância. As transformações que afetam as maneiras de militar – sociais (mudança na divisão sexual do trabalho social, aumento do nível de formação, nova distribuição geográfica dos grupos sociais, desobjetivação e precarização da classe operária, etc.) e políticas (apelo maciço às associações nos programas de ação pública e institucionalização do concerto e da negociação em inúmeros setores...), a legitimidade diferencial dos repertórios de ação e das causas, a (não) transmissão geracional de certos

ethos ou capitais militantes (Matonti e Poupeau, 2004) foram, na França, objeto de análises ainda muito pouco numerosas. Mais precisamente, as abordagens inspiradas no interacionismo coexistem, sem grande comunicação, com abordagens mais macrológicas do setor associativo ou sindical, quer sejam quantitativas (Héran, 1988a e 1988b; Archambault, 1996) ou centradas nas mudanças que afetam as estruturas e o funcionamento das associações (Sainsaulieu e Laville, 1997; Barthélémy, 2000; Prouteau, 2003) ou dos sindicatos (Andolfatto e Labbé, 2006a).

Se muitas análises do engajamento militante se voltam, com razão, para as trajetórias individuais, não é possível desmentir ou confirmar as generalizações apressadas sobre a militância a partir de estudos focados em indivíduos ou organizações específicas, renunciando a encarar os aspectos da oferta global de militância ou de fenômenos que atingem os engajamentos militantes de modo mais geral. Não se trata apenas de defender uma reabilitação das estruturas sociais (Matonti e Poupeau, 2004, p. 7), que, seja como for, se atualizam em indivíduos, mas de compreender o que constrange objetiva e subjetivamente os percursos individuais. Raros são os trabalhos que pretendem realmente resgatar as possibilidades e as imposições (profissionais, mas também em termos de vida de casal, por exemplo) que afetam os militantes.

Assim, as hipóteses de Robert D. Putnam (2000), por mais contestáveis que sejam, sobre a grande diminuição do capital social nas sociedades ocidentais, ou os trabalhos sobre o vínculo entre participação associativa e política (Van Deth, 1997), pouco inspiraram os pesquisadores franceses que trabalham sobre a militância¹⁷. Putnam, assim como

17 Pelo que sabemos, somente Nonna Mayer (2003), Sophie Duchesne e Camille Hamidi (Duchesne e Hamidi, 2001; Hamidi, 2002, 2003, 2006) se esforçaram, na França, para testar e matizar uma parte do modelo (a relação entre civismo e confiança e pertencimento associativo), pondo à prova as observações de Nina Eliasoph (1998) sobre o vínculo às vezes negativo entre participação associativa e politização. Sobre o capital social, ver a obra de Antoine Bevort e Michel Lallement (2006), que reúne textos teóricos (dentre os quais uma contribuição de R. D. Putnam) e estudos de caso.

lon, tem no entanto o mérito de se esforçar para correlacionar as transformações socioeconômicas e culturais (entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho, mobilidade residencial crescente, fragmentação familiar, revolução do lazer...) e a diminuição do “engajamento cívico” e sua mudança de forma (multiplicação das associações “terciárias” que recorrem aos métodos de cooptação direta inspirados no *marketing*, às campanhas midiáticas e à especialização e, portanto, que repousam sobre vínculos frágeis). Para além do caráter discutível do vínculo estabelecido entre diminuição do capital social e diminuição do nível de confiança e de civismo, os fenômenos apontados por Putnam fornecem um bom ponto de partida para novas pesquisas, desde que se evite abordar a questão do capital social de maneira indiferenciada conforme os grupos sociais e que se considerem igualmente as transformações que afetam a ordem política, isto é, os modos de governo de nossas sociedades.

Desse modo, muitas pesquisas históricas mostraram que a militância nos sindicatos, nas organizações profissionais e nos partidos políticos foi, durante muito tempo, facilitada por uma desobrigação dos homens das tarefas domésticas, que repousava, por sua vez, na tendência à exclusão das mulheres do mundo do trabalho quando se tornavam mães. As mulheres militantes, ao contrário, inseriam-se em duas categorias: de um lado, aquelas que participavam de associações familiares, escolares, paroquiais ou caritativas, onde a militância prolongava o papel socialmente atribuído a elas¹⁸; de outro lado, aquelas que se engajavam no sindicalismo ou na política, cuja contraparte frequentemente era a aceitação do celibato (Loiseau, 1996). Essas diferenças não desapareceram. Yannick Le Quentrec e Annie Rieu (2003) lembram que as mulheres ativas no final do século XX são ainda três vezes menos sindicalizadas do que os homens, e três a cinco vezes menos numerosas nos postos de responsabilidade dos

18 Sobre esse tema, ver a tese recente e útil de Magali Della Sudra (2007).

partidos políticos. No entanto, o nível geral de adesão ao sindicalismo e aos partidos políticos não diminuiu na maioria das democracias ocidentais. A hipótese de que a banalização do salariado feminino e o questionamento do modelo do *male breadwinner* tornem atualmente difícil a conciliação, tanto para as mulheres quanto para os homens em união estável e com filhos, de vida profissional, pessoal e militante exigente deve, portanto, ser levada a sério, com a condição de considerar as imposições profissionais e os níveis de renda próprios às diferentes ocupações. Assim, tradicionalmente, os professores casavam-se com frequência com mulheres ativas, também professoras, e a militância se efetuava a dois, mesmo que não dissesse respeito às mesmas atividades. Por conseguinte, não se poderia explicar a tendência à diminuição da militância dos professores só pela modificação das relações de gênero, mas talvez mais pela feminização crescente da profissão e pela diminuição relativa de seu grau de homogamia (Geay, 1999). Em contrapartida, o assalariamento das mulheres de agricultores, porque frequentemente se traduz por um abandono da ocupação de agricultora, considerando as condições de trabalho contemporâneas de muitas explorações agrícolas, diminui consideravelmente as disponibilidades dos jovens agricultores para a militância, mesmo que continuem aderindo às organizações profissionais (Purseigle, 2004)¹⁹.

Do mesmo modo, mesmo que a mobilidade geográfica crescente que afeta certos grupos sociais não seja um obstáculo em si ao engajamento²⁰, ela modifica o tipo de militância, diferenciando bastante socia-

19 Essas transformações macrosociais não desempenham um papel mecânico, mas são também mediatizadas por transformações das concepções do papel das mulheres, que podem tender a valorizar de modo desigual seu investimento em política.

20 Mudar-se pode levar, em certas circunstâncias, ao fortalecimento de uma sociabilidade profissional que compensa a sociabilidade local e pode ser proveitoso para o sindicalismo, como mostra o exemplo dos empregados dos centros de triagem dos correios da região parisiense, que encontram nas associações e nos sindicatos, no sentido próprio e figurado, um "segundo lar".

bilidade militante e sociabilidade cotidiana. O apego à causa pode permanecer, mas não o apego à organização que a defende, devido a uma mudança de endereço. A relação com a causa tende, assim, a se tornar instrumental, motivo de decepções que se traduzem mais facilmente por estratégias de *exit*. Conviria, neste caso, avaliar o caráter muito desigual da mobilidade residencial conforme os grupos sociais e as profissões e conforme os tipos de moradia e regiões. Desde as investigações feitas no âmbito do Observatório da Mudança Social, carecemos cruelmente de estudos sobre a reestruturação das associações no nível local, suas atividades e sua atratividade, as propriedades sociais de seus militantes e seu grau de multiengajamento. Atualmente, o campo associativo é quase sempre examinado por setor ou em nível nacional, a exemplo das associações de defesa ao meio ambiente (Lascoumes, 1994, cap. 7 e 8; Sawicki *et al.*, 2001). Portanto, é difícil apreciar o modo como a mobilidade geográfica crescente de certos grupos (executivos do setor privado, mas também operários e empregados) ou o desenvolvimento da habitação em loteamentos nas zonas periurbanas em detrimento dos bairros de habitação social de periferia deixam o campo livre para outros: o caráter “endocrático” (Retière, 1994a, 1994b) dos campos associativo e político locais foi com frequência evocado. Excluídos dos principais círculos de sociabilidade, os recém-chegados se mantêm a distância e têm menos chances de se engajar na vida associativa²¹, exceto quando sua chegada é maciça e se inscreve em uma estratégia de instalação de longo prazo. Nesse caso, como se mostrou muitas vezes a propósito das municipalidades “urbanorurais” ou periurbanas, os grupos outrora dominantes (principalmente os

21 Além das pesquisas feitas no âmbito do programa OCS (Observação da Mudança Social), ver as monografias de Michel Bozon (1984) sobre Villefranche e de Isabelle Coutant *et al.* sobre os bairros residenciais da periferia norte de Paris (2008).

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 28, set./dez. 2011, p. 200-255

agricultores, mas também certos grupos operários) se veem literalmente destronados, e seus membros são obrigados a se desengajar ou a investir organizações menos territorializadas. Do mesmo modo, pode-se considerar que a entrada na militância dos jovens de periferia oriundos da imigração magrebina, no início dos anos 1980, foi facilitada pelo abandono do campo pelos militantes das classes populares ou das classes médias assalariadas que foram morar em zona periurbana ou em bairros centrais reabilitados (Masclat, 2003; Neveu, 2004).

Estudos detalhados e verificação de hipóteses de ordem estrutural não são, pois, antinômicos, como ilustram as pesquisas feitas sobre a crise do sindicalismo operário (Croisat e Labbé, 1992; Contrepois, 2003). A pesquisa de campo de Stéphane Beaud e Michel Pialoux (1999) sobre os operários das fábricas Peugeot da região de Montbéliard, primeira região operária da França, é emblemática: buscando compreender por que “o grupo de militantes da fábrica não se reproduz mais” (1999, p. 333), os autores descrevem o desânimo dos antigos militantes formados nos anos 1970 e as reticências ao sindicalismo das novas gerações, frequentemente em situação de trabalho interino e que se veem como “operários de passagem”, pouco sensíveis ao trabalho de politização dos delegados (1999, p. 359). Esses fenômenos são ressitoados em relação às mudanças sofridas pela indústria (fluxos estendidos, presença maciça da eletrônica, apelo crescente à mão-de-obra interina...) e, ao mesmo tempo, às mudanças que afetam a sociedade local, elas mesmas fortemente determinadas pelas evoluções políticas e econômicas gerais. O acesso dos filhos de operários ao ensino secundário e, no caso de alguns, ao ensino superior, em meados dos anos 1990, mesmo provocando muitas vezes decepções devido à defasagem entre as esperanças e as chances objetivas de conseguir um emprego qualificado e estável, destruiu a “cultura antiescola”, sobre a qual repousava uma parte da cultura de fábrica, e desvalorizou totalmente o *status* de operário.

Por não se identificarem com esse grupo, esses jovens vivenciam o trabalho na fábrica como um parêntese e um calvário. Jovens operários e filhos de operários não se reconhecem mais nessa cultura, sustentada por um sentimento de pertencimento comunitário frente ao modelo dos contramestres e dos executivos, aquela mesma dos delegados, que se encontram assim “pegos pelas costas” (1999, p. 344 e ss.): por conseguinte, encontra-se destruído todo o sistema de gratificações circulares (como a estima dos companheiros de fábrica), que permitia também a perduração do engajamento do delegado, apesar do custo profissional desse engajamento. Nesse caso, as lógicas microssociais de perduração do engajamento não podem ser desatreladas de grandes transformações.

Mesmo fora do mundo operário, a questão da trajetória descendente de grupos ou de frações de grupos sociais mereceria ser revista. As abordagens em termos de frustração relativa foram um dos alvos principais da nova sociologia das mobilizações, que se dedicou a ressaltar que sempre ainda havia bastantes frustrações para explicar uma mobilização. A escola da mobilização dos recursos voltou assim seu olhar para os empreendedores e as incitações seletivas. Entretanto, é pena que as intuições de Oberschall (1973) sobre a importância da segmentação dos grupos sociais – entendida como não-conexão aos centros de poder – na passagem à ação sejam tão negligenciadas hoje em dia. Isso leva a desconsiderar o vínculo entre mobilidade social (ascendente e descendente) dos grupos e engajamento, ao passo que certas demonstrações de Joseph Gusfield (1963) – por exemplo, em seu estudo sobre os movimentos de temperança como sendo mobilizações que visam a manter o status de *middle class WASP*, inquieta diante das imigrações europeias – fornecem um esquema instigante para examinar as mobilizações ligadas a questões de morfologia social.

A análise do vínculo entre as transformações socioeconômicas e culturais, as disposições e as disponibilidades à militância não passa exclusivamente pela investigação etnográfica. Pode-se lamentar a ausência, não somente na França, de pesquisas sobre o engajamento dos grupos sociopro-

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 28, set./dez. 2011, p. 200-255

fissionais que combinem análise quantitativa e qualitativa. Embora se justifique o interesse pelas propriedades individuais só dos “empreendedores de mobilização”, ele leva muitas vezes, *ex post*, a qualificar de “recursos” suas propriedades e competências. Mesmo nos estudos quantitativos, nem sempre a atenção dada às propriedades dos indivíduos é associada a uma comparação com a distribuição dessas mesmas propriedades na sociedade com um todo ou no grupo dos potenciais mobilizados. Por retrodição, isso frequentemente contribui para fazer dessas propriedades (evidentemente significantes) *condições* necessárias ao engajamento mais do que reveladores de estratos históricos e de redes sociais de recrutamento. Não partindo só dos públicos militantes, pode-se distinguir engajados e não engajados²² e apreciar as características respectivas das duas categorias; pode-se, sobretudo, correlacionar as formas e os tipos de engajamento conforme a geração, o sexo, a origem social, o lugar de moradia e a trajetória profissional. Somente comparações assim permitiriam distinguir o que resulta de transformações globais de transformações mais específicas à profissão estudada.

O exame aprofundado da evolução de certos meios sociopolíticos (as organizações e as redes constitutivas do meio católico ou do meio leigo, por exemplo) se insere nessa mesma estratégia de pesquisa que visa a conciliar abordagem micrológica e macrológica. As mudanças internas ocorridas na Igreja católica, amplamente determinadas por evoluções macrossociais, traduziram-se assim por um forte aburguesamento dos “militantes” católicos²³ e pela deslegitimação do estilo de intervenção próprio à ação católica. Elas originaram tensões, bem descritas por Jacques Lagroye (2006), entre dois

22 Os partidários são, com frequência, negligenciados nas pesquisas quantitativas sobre a militância, o que impede de testar a validade das variáveis avançadas para explicar a passagem à ação.

23 Ou seja, “todo(a) católico(a) praticante, regularmente investido(a) em atividades a que é conferida uma significação religiosa”. “O termo ‘militante’ aqui significa somente que o(a) interessado(a) não limita sua participação às atividades que definem normalmente o pertencimento à instituição (principalmente o ‘auxílio’ à missa)” (Lagroye, 2006, p. 28, nota 28).

regimes de verdade (o regime das certezas e o regime do testemunho) e de relação com a instituição, duas maneiras de vivenciar e expressar a fé pessoal. Nesse contexto, os católicos mais engajados à esquerda, ainda que seu número não possa ser estabelecido precisamente, penam cada vez mais para achar seu lugar nas instituições da igreja e transferem mais do nunca seu engajamento para fora do âmbito paroquial, para a esfera familiar ou para associações sem qualquer vínculo com a instituição.

A consideração localizada e contextualizada das mudanças societais evocadas por Robert D. Putnam (2000) permite, portanto, escapar às explicações monistas das mutações do engajamento militante, quer sejam de cunho cultural (a escalada do individualismo, cara aos ensaístas apressados), ou socioeconômico (a transformação da divisão social do trabalho, a expansão das classes médias nas sociedades pós-industriais...). A história particular dos meios sociopolíticos e das organizações que os compõem, sua densidade social, mediatizam mudanças societais que jamais são unívocas, inclusive de um território a outro, como mostrou Julian Mischi (2002) em sua análise da desestruturação do PCF, que oculta verdadeiros bolsões de resistência.

As mudanças nas formas de governo das sociedades (multiplicação dos fóruns de discussão e de especialização, imbricação dos níveis de governo local com a Comunidade Europeia...), analisadas pelos especialistas em esfera pública, mas descartadas pelos adeptos de Putnam, também devem ser estudadas se quisermos compreender a evolução das práticas e dos perfis militantes. A generalização da democracia procedural, inclusive no campo social e empresarial, com o desenvolvimento das convenções coletivas, obrigou a maior parte das organizações militantes e dos movimentos sociais a renunciar à violência, exceto ritualizada – o que não exclui algumas “derrapadas”. Isso impõe aos militantes uma disciplina (os próprios partidos revolucionários contribuíram para isso em sua época) que só pode

ser mantida por meio de uma longa aprendizagem e de um trabalho pessoal. Nisso, as transformações do sindicalismo não fizeram senão antecipar aquelas de muitos movimentos sociais ou associativos. O capital militante baseado em uma ideologia ou em atitudes de revolta que se manifestam pela vontade de combater passou assim a ser progressivamente desvalorizado, em proveito da capacidade de “sustentar” uma negociação e, portanto, também “suas” tropas. É bem possível que essa evolução, que afetou inúmeras associações, na falta de uma política voluntarista de formação, tenha favorecido a promoção dos militantes cujas disposições eram mais adaptadas e reduzido drasticamente as gratificações ligadas à dimensão mais expressiva do engajamento político, com o risco de contribuir para que duas relações dificilmente conciliáveis com o engajamento coexistam, mas nem sempre convivam nas mesmas organizações.

Evidentemente, não desapareceu a cultura militante conflituosa, baseada numa ideologia de classe e na inscrição da ação reivindicativa num projeto de transformação política global; ela continua embasando a estruturação identitária de numerosos militantes e origina tensões internas nos indivíduos e organizações, em todos os níveis, como mostra principalmente Anne-Catherine Wagner acerca dos sindicalistas da Confederação Europeia dos Sindicatos (Wagner, 2004). Os militantes defensores de uma cultura contestatória souberam, além disso, inventar novas formas de ação e novas utopias, como atesta o sucesso da temática altermundialista e seu caráter relativamente agregador no nível local (Duriez, 2005), nacional (Agrikoliansky *et al.*, 2005) e internacional. Promovendo um discurso essencialmente econômico e propondo um trabalho bastante intelectual, sem associá-lo a ações ancoradas na prática cotidiana, um movimento como a ATTAC pena, no entanto, para recrutar pessoas com pouca ou alguma instrução e para se transformar em organização de massa (Cruzet, 2005). Por contraste, os êxitos militantes da Confederação Campesina se mostram diretamente

ligados à sua capacidade de associar reivindicações específicas de determinadas categorias (a defesa da agricultura regional, de certos produtos) e gerais e de associar seus membros em ações onde cada um se encontre (ataque ao McDonald de Millau, destruição de plantações de transgênicos, manifestações, bloqueios, etc.) (Brunneau, 2005). O apelo do Estado e das coletividades locais ao setor associativo, por meio de subsídios, para atenuar as insuficiências da administração e atender às novas problemáticas públicas constituiu uma transformação maior da ação pública territorial. Ele modificou consideravelmente os modos de organização e de gestão das associações e levou a uma profissionalização dos *status* e das funções dos voluntários ou militantes, que assemelha o funcionamento das associações ao das empresas (Prouteau, 2003)²⁴. O espaço disponível nas associações, mas também em todo o campo coberto por suas intervenções, para os militantes que não dispõem das competências esperadas, embora dispostos a se dedicar à causa, encontra-se de fato consideravelmente restrito.

Do mesmo modo que as mudanças societais e macropolíticas não têm efeitos unívocos e mecânicos sobre a totalidade dos grupos sociais, elas não afetam as chances de se engajar e as formas de engajamento senão pela maneira como são retraduzidas, às vezes amortecidas, outras amplificadas, pelas organizações que atuam nos campos associativo, político e sindical em função da história própria a cada nação, a cada região e até a cada organização.

2.2 *Micro/meso: a modelagem organizacional da militância*

As organizações militantes, *enquanto organizações* e seja qual for seu grau de institucionalização, trabalham os indivíduos e são trabalhadas por

24 Esse fenômeno também é observado internacionalmente, tendo-se assistido, a partir dos anos 1980, a uma utilização maciça das ONGs como canais de intervenção externa dos Estados e das organizações internacionais.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 28, set./dez. 2011, p. 200-255

eles. Ainda que a defecção militante não possa ser creditada apenas aos elementos do ciclo de vida, muitas abordagens individuais da militância não especificam como as organizações militantes retêm (voluntariamente ou não) certos perfis sociais ou, ao contrário, desencorajam outros. Rosabeth Kanter lembrava, em uma definição sintética e relacional do engajamento, que este “emerge na intersecção das expectativas organizacionais e das experiências pessoais” (1968, p. 499). Consequentemente, compreender o engajamento em uma organização supõe não apenas dar conta dos motivos e das motivações, mas também das estratégias da organização para manter e orientar essas motivações, como fazem, por exemplo, Bénédicte Havard-Duclos e Sandrine Nicours (2005). Isso remete a várias direções de pesquisa, que se entrecruzam com a questão da “profissionalização”.

A atenção dada à “busca” dos potenciais militantes sairia ganhando se se inspirasse nos conhecimentos adquiridos pela sociologia religiosa, a exemplo dos trabalhos de Charles Suaud (1978) sobre a *inculcação* e a *busca* da vocação na Igreja católica. Embora opte pelas vias informais ligadas às redes sociais de pertencimento, essa busca pode assumir formas mais voluntaristas, específicas a cada organização e a valorizações desiguais do número ou da conformidade ideológica e biográfica (pensemos no que distingue o PCF dos anos da bolchevização, marcado pelo encolhimento dos efetivos, daquele dos anos imediatamente anteriores à guerra, com recrutamento mais aberto). Em período mais recente e em um registro bem diferente, as técnicas de *marketing* do *direct dialogue* (Lefèvre, 2007), isto é, a busca ativa de novos doadores na via pública, foram adaptadas por diversas ONGs (*Greenpeace*, *Handicap International*, etc.) para atrair, não mais doadores (Siméant, 2003), mas militantes e lhes propor uma oferta de engajamento²⁵. A diminuição do custo da cotização dos

25 Sobre a oferta e a procura de engajamento, cf. Klandermans (2004).

partidos políticos é outro sintoma dessas reflexões sobre os “nichos” de atividade (e de identidade) a oferecer aos militantes potenciais. Ela também deve ser analisada a partir da circulação das formas e modelos organizacionais, interessando-se pelos importadores de novas formas de agir, tanto do lado dos assalariados e auxiliares do campo político (investigadores e escritórios de consultoria para os movimentos associativos), quanto nos momentos de união dos movimentos, tais como os fóruns sociais. As profecias e diagnósticos, muitas vezes auto-realizadores, sobre as expectativas dos militantes potenciais (por exemplo, em matéria de deliberação e de participação), os argumentos da necessidade e do sentido da história (assim como da necessária profissionalização), são frequentemente formulados por aqueles que têm interesse nisso e são os mais adaptados a essas evoluções. Enfim, a importação das técnicas de recursos humanos para enquadrar as populações de voluntários é um sinal, dentre outros, da profissionalização da gestão da militância no setor associativo e do aparecimento potencial de uma militância por projeto – que reflete o trabalho organizado em rede, por mobilizações temporárias com objetivos precisos e de curta duração –, cujo surgimento é observado por Luc Boltanski e Eve Chiapello em *O Novo Espírito do Capitalismo* (publicado na França em 1999). Por outro lado, a midiática de certas causas, associada a campanhas de coleta de fundos cada vez mais profissionais, pode criar hiatos entre oferta e procura de engajamento: as campanhas destinadas aos doadores ou ao grande público cuja simpatia se busca atrair têm também efeitos sobre os candidatos ao engajamento. A exposição midiática de uma causa pode, a curto prazo, cooptar candidatos ao engajamento, mas, na falta de um atendimento específico a esses recém-chegados ou de tarefas mais ou menos gratificantes, ou ainda de uma correspondência entre a composição social ou as orientações ideológicas da organização e aquelas que foram percebidas através das campanhas midiáticas mais ou menos controladas, o refluxo pode se revelar muito rápido.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 28, set./dez. 2011, p. 200-255

Seria particularmente interessante comparar os modos de recrutamento e, depois, de manutenção (Willemez, 2003) e de composição do engajamento, entre organizações militantes com modalidades de institucionalização bem diferentes. As organizações mais institucionalizadas e objetivas dispõem dos meios para trabalhar as formas certas do engajamento daqueles que investem nelas. Elas podem se contentar, pelo menos a curto prazo, com um ajuste desigual dos militantes à organização. Nos espaços militantes mais fluidos, ao contrário, o recrutamento terá mais chances de ocorrer por capilaridade e afinidade dos *habitus* – correndo precisamente o risco de desencorajar potenciais candidatos ao engajamento se estes não corresponderem ao perfil social (idade, diplomas...) da organização²⁶. Porém, com o tempo, toda organização que acolhe atividades vocacionais tende a fornecer as formas certas, verbalizáveis e legítimas da “motivação”²⁷ e convida seus membros a se apropriarem delas. Se o alinhamento das crenças dos membros e sua formação tangem a formas diferentemente institucionalizadas e codificadas do engajamento, a reflexão produzida sobre a gestão das biografias, a formação dos quadros ou dos religiosos e, mais geralmente, as formas legítimas do engajamento no PCF ou na Igreja, poderia inspirar outros trabalhos. Essas “formas certas” não passam, aliás, apenas pela aprendizagem da doutrina da organização. Também podem incluir um reconhecimento, implícito ou explícito, do caráter legítimo de certas gratificações individuais (viagem, encontros, benefícios ligados à ocupação de posições de poder pelo líder de uma força política...) quando não entram em contradição com o serviço da causa.

26 A antiguidade do pertencimento pode gerar efeitos de fechamento aos potenciais novos engajados, desencorajados pela solidez dos laços na associação (Sawicki, 2003).

27 Entendida aqui mais como os motivos potenciais da ação, tais como se figuram para aquele que se engaja, do que como uma realidade atinente apenas ao foro íntimo e que originaria a ação.

Por organização, não se entende apenas uma entidade formalizada e inscrita legalmente, mas todas as formas de ação instituídas e as imposições que pesam sobre seus membros, assim como a seleção que esses modos de agir opera sobre os novos ingressantes. Desse modo, uma atenção renovada deveria ser dada às concepções doutrinárias relativas à organização. Algumas formas organizacionais parecem atualmente muito legítimas (quando no regime deliberativo), outras menos (lembramos os modelos mais hierarquizados da organização). Mas essas últimas ainda existem e devem, por isso, assumir justificativas menos atreladas à “unidade” ou à “vanguarda” do que à eficácia, ao indispensável “profissionalismo” ou, levando-se em conta a hostilidade dos inimigos, ao necessário sigilo antes das operações arriscadas (e.g. Greenpeace, associação francesa *Droit au Logement...*). As consequências de certas práticas organizacionais vivenciadas como estandartes ideológicos e identitários deveriam ser mais consideradas: o tempo exigido pelas práticas deliberativas, que pode excluir os assalariados e os chefes de família; o lugar concedido à tomada de palavra e à sua regulação (turnos de fala ou espontaneísmo) e, conseqüentemente, a exclusão maior ou menor que ela gera para aqueles que têm dificuldade de se expressar publicamente. Jo Freeman (1972) lembrava bem os efeitos desiguais da falta de estrutura hierárquica nos grupos feministas. Remi Lefebvre e Frédéric Sawicki (2006) mostraram, por sua vez, os efeitos paradoxais e excludentes da generalização das práticas deliberativas no Partido Socialista francês. Em geral, as transformações sofridas pelas organizações devido a mutações macrosociais e a investimentos variáveis no tempo, da parte dos militantes, originam defasagens geracionais e sobretudo sociais, que podem levar à defecção. A mesma atenção deveria ser dada às descrições internas das organizações militantes. Como os membros das organizações designam a si próprios e seus homólogos: fala-se de voluntários (cf. Prouteau, 1998; Simonet-

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 28, set./dez. 2011, p. 200-255

Cusset 2002)? De partidários? De militantes? De ativistas? De benévolos? Fala-se dos simpatizantes? Essas categorias revelam uma efetiva divisão do trabalho interno ou uma valorização desigual dos modos de militar?

Sob esse aspecto, a “profissionalização” e o debate que ela suscita, que permeia muitas organizações militantes (Kleidman, 1994), é um bom meio para analisar as transformações da militância e de suas concepções legítimas. Por um lado, ela remete a transformações efetivas da ação pública, marcadas por uma terceirização crescente de grande parte das políticas sociais, sanitárias ou ambientais (Smith e Lipsky, 1993) delegadas às associações, ao afluxo correlato de financiamentos para estas. Por outro, à inserção cada vez maior de associações em dispositivos de negociação que as incitam a investir outras formas de especialização. As normas impostas pelos provedores das associações que dependem ao menos parcialmente deles levam frequentemente a relegar os voluntários a tarefas subalternas... quando estas ainda existem. Até mesmo o financiamento público da vida política produz efeitos problemáticos nos partidos, tornando mais rentável a monetarização de certas atividades (reembolsadas quando são efetuadas por empresas, como a colagem de cartazes), cada vez menos atribuídas aos militantes não qualificados. São conhecidos, enfim, os círculos viciosos que atingem um sindicalismo acusado de burocratização, o que contribui para um recuo de seus efetivos e para um número maior de tarefas feitas pelos permanentes sindicais, o que fundamenta, em retorno, a incriminação de uma monopolização dos papéis de liderança.

Aqui se deveria raciocinar em termos de campo organizacional, a fim de compreender a capacidade desigual das organizações para atrair, reter e fidelizar aqueles que investem nelas – sem isso, vai-se do modelo insatisfatório da organização “receptáculo” de disposições individuais constituídas em outros lugares ao modelo igualmente insatisfatório da organização *deus ex machina* do engajamento. Essa capacidade está, entre outros, ligada ao

caráter seletivo, ou não, das atividades da organização. Assim, certas associações permanecem atraentes precisamente porque conseguem, mais do que outras, oferecer atividades pouco técnicas ou pouco exigentes ideologicamente a quem quiser se engajar, como ilustram os casos da associação humanitária francesa *Restos du Cœur* (Duchesne, 2003) ou dos voluntários da Madre Teresa (Zunigo, 2003). Neste último caso, a organização não é atraente apenas no plano religioso (ateus também fazem parte dela), mas porque responde a uma demanda de engajamento que nem sempre encontra oferta organizacional: ela permite, de certo modo, um acesso leigo – e lateral, na medida em que não depende inteiramente da maneira como a organização os define – a bens de salvação. Porém, nem todas as organizações podem propor atividades com pequeno custo de entrada, e aquelas que o fazem também praticam uma divisão acentuada do trabalho interno para evitar que as atividades menos nobres e qualificadas atinjam a imagem ou a eficácia percebida da organização.

Uma organização que procure competências mais raras e que demandem mais tempo, e que recuse a assalarização de uma parte de seus membros enquanto seus homólogos recorrem a isso, priva-se com frequência, ao contrário, de uma maneira de estabilizar os engajamentos na longa duração. Com o tempo, é provável que os militantes mais ligados à causa fiquem tentados, com o mesmo ativismo e convicção, a experimentar isso, se a possibilidade lhes for oferecida, em uma outra organização²⁸. Do mesmo modo, mostrar-se (principalmente no caso de uma associação) tecnicamente pouco confiável pode, pela sombra que cai sobre a reputação da organização, minimizar as gratificações experimentadas por seus militantes. Sendo assim, se é falso considerar a profissionalização como uma

28 Sobre um exemplo de coexistência de duas maneiras de investir um saber esotérico (aqui o direito) para defender os empregados, cf. Michel e Willemez (2002).

antítese do engajamento, imaginando dois circuitos inteiramente distintos de recrutamento conforme se pense nos assalariados ou nos voluntários, é impossível negligenciar as tensões ligadas à divisão cada vez maior do trabalho que ela induz²⁹ – a tal ponto que as organizações devem, hoje em dia, empreender todo um trabalho de sedução diante das decepções induzidas pela divisão interna do trabalho. Assim, uma atenção deveria ser dada a uma ampla gama de interações no seio das organizações.

Por fim, deve-se ter em mente a não linearidade dos processos de “profissionalização” do engajamento. Por isso, essa questão sairia ganhando se fosse pensada em referência aos trabalhos sobre a legitimação de novos políticos (Offerlé, 1984) e sobre a profissionalização da atividade partidária na virada do século XIX para o século XX (Offerlé, 1999), que mostram como certos universos sociais se autonomizam pouco a pouco e tendem a deslegitimar as formas mais diletantes e socialmente diferenciadas de seu exercício. Desde que não se considerem esses processos inelutáveis e que se consiga relacioná-los às características sociais dos atores e das competências que eles universalizam. Lógicas de profissionalização e de seleção social se nutrem aqui mutuamente.

As direções de pesquisa aqui propostas poderiam encorajar a reexaminar a história das organizações militantes tradicionais de acordo com as interrogações contemporâneas, mas também a considerar melhor o trabalho das organizações e as lógicas que contribuem para a formação da oferta de engajamento. Elas convidam não somente à abertura teórica, mas, de modo mais amplo, a dar mais atenção às transformações macrosociológicas, tais como aquelas que afetam a escola, o trabalho ou a cultura.

29 Esses dilemas aparecem mais particularmente no espaço associativo devido à proximidade temática entre associações rivais, enquanto a defecção ligada à assalarição é mais estigmatizada no espaço partidário.

A sociologia das mobilizações podia, com razão, não se satisfazer apenas com a evocação das condições de possibilidade dos engajamentos. Mas não se está distante hoje em dia de abordagens que, temendo ser tachadas de racionar *ex post* ou de ignorar a singularidade de seu objeto, dão provas de miopia, ou que, na melhor das hipóteses, esboçam apressadamente um afresco macrossocial que é supostamente o pano de fundo de seu objeto de estudo. Ora, é paradoxal “cair” permanentemente, quando se estudam as mobilizações, em receptáculos de recrutamento da militância (redes cristãs, nebulosa leiga, fragmentos do conglomerado comunista...), ou de grandes organizações militantes institucionalizadas, mesmo em crise (sindicatos), cuja presença é evocada como sendo evidências, “caixas-pretas”, ao passo que a sociologia dessas caixas-pretas suscita menos interesse científico do que aquelas das mobilizações às vezes microscópicas, mas cuja possibilidade seria pouco provável sem as primeiras. Sem dúvida, não devemos mais nos contentar com generalidades sobre as transformações suscetíveis de afetar a militância (“globalização”, “terciarização”, “aspirações participativas”...), mas integrá-las à análise, para conseguir avaliar o peso dessas transformações em função de situações sociais específicas. Uma melhor consideração de lógicas macrológica ou mesológica não é contraditória com a sensibilidade etnográfica que caracteriza uma grande parcela dos trabalhos franceses sobre a militância. De um lado, porque algumas dessas transformações sociais, cuja pertinência deve sempre ser avaliada contextualmente, também sofrem uma mediação ideológica por parte das organizações militantes. De outro, porque uma consideração real do peso das lógicas macrossociais (por exemplo, em matéria de tempo de trabalho) necessita uma atenção renovada às práticas militantes. Manifestar não é argumentar em uma reunião de negociação com adversários; escalar uma plataforma petrolífera no Mar do Norte não equivale a assinar uma petição pela internet, etc.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 28, set./dez. 2011, p. 200-255

Isso difere em termos de tempo consagrado ao engajamento, de grau de especialização, de controle pessoal, e também em termos de satisfação e de expressão de preferências pessoais.

De resto, é esse último aspecto que poderia instigar investigações renovadas. Pensamos, assim, na questão da exclusão social nos universos militantes, devido precisamente a novas formas simultâneas de divisão do trabalho social, no nível macro, e de divisão social do trabalho nas organizações, que não se limitam à lei de bronze da oligarquia. Poderíamos interrogar a retração dos espaços da “política executiva”, retomando a fórmula empregada por Michel Verret (1988, p. 225), para qualificar a relação privilegiada dos operários com a política, que ele opõe à “política representativa”. Para compreender a exclusão daqueles que militam primeiramente para “agir”, seria necessário então se interrogar sobre o desajuste entre oferta e procura de engajamento, tal como pode se supor pelo recrudescimento de formas festivas de mobilização: como se a reação dos candidatos ao engajamento na racionalização crescente do trabalho militante levasse à reapropriação festiva de todas as manifestações possíveis.

Decomartmentalizing the sociology of activism. A critique of recent tendencies in French studies

Abstract

This critique reviews an especially active field of research during the last 20 years in France: the sociology of activism. In this current of sociology, a new interactionist paradigm has emerged that takes into account activists careers and the process of becoming an activist. This critique focuses on how the idea of the “rewards” of activism has been reworked. After reviewing theoretical debates about whether or not new forms of activism and new activists are arising, this article points out two issues for current research, both related to the social division of labor, namely: improving our understanding of, on the one hand, the linkage

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 28, set./dez. 2011, p. 200-255

between macrosocial changes and activism and, on the other hand, of the way that organizations shape activism.

Keywords: Militancy. Political engagement. Labor division. Organizations. Professionalization. Political parties. Social movements. Associations.

Referências

AGRIKOLIANSKY, Eric. Carrières militantes et vocation à la morale: les militants de la *Ligue des droits de l'homme* dans les années 1980. **Revue française de science politique**, 51 (1-2), p. 27-46, 2001.

AGRIKOLIANSKY, Eric. **La Ligue française des droits de l'homme et du citoyen depuis 1945** : Sociologie d'un engagement civique. Paris : L'Harmattan, "Logiques politiques", 2002.

AGRIKOLIANSKY, Éric ; FILLIEULE, Olivier ; MAYER, Nonna (dir.). **L'altermondialisme en France**. La longue histoire d'une nouvelle cause. Paris : Flammarion, 2005.

AGRIKOLIANSKY, Éric; SOMMIER, Isabelle (dir.). **Radiographie du mouvement altermondialiste**. Le second Forum social européen. Paris : La Dispute, "Pratiques politiques", 2005.

ANDOLFATTO, Dominique; LABBÉ, Dominique. **Histoire des syndicats: 1906-2006**. Paris: Seuil, "XXe siècle", 2006a.

ANDOLFATTO, Dominique ; LABBÉ, Dominique. La transformation des syndicats français. Vers un nouveau "modèle social" ? **Revue française de science politique**, 56 (2), p. 281-297, 2006b.

ANDREWS, Molly. **Lifetimes of Commitment**. Aging, Politics, Psychology. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

ANDRIEUX, Andrée ; LIGNON, Jean. **Le militant syndicaliste d'aujourd'hui**. Ouvriers, cadres, techniciens, qu'est-ce qui les fait agir ? Préface de Pierre Naville. Paris : Denoël/Gonthier, "Médiations", 1973.

APKARIAN-LACOUT, Arlette ; VERGÈS, Pierre. L'irrésistible ascension des couches moyennes face à l'hégémonie communiste: Martigues. **Sociologie du travail**, XXV (2), p. 206-225. 1983.

ARCHAMBAULT, Edith. **Le secteur sans but lucratif. Associations et fondations en France**. Paris: Economica, 1996.

BARTHÉLÉMY, Martine. **Associations : un nouvel âge de la participation?** Paris: Presses de Sciences Po, 2000.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, n° 28, set./dez. 2011, p. 200-255

BEAUD, Stéphane. PIALOUX, Michel. Retour sur la condition ouvrière. Paris: Fayard, 1999.

BECKER, Howard S. Notes on the Concept of Commitment. **American Journal of Sociology**, 66, p. 32-40, 1960.

BERLIVET, Luc; SAWICKI, Frédéric. La foi dans l'engagement. Les militants syndicalistes chrétiens de Bretagne dans l'après-guerre. **Politix**, 27, p. 111-142, 1994.

BÉVORT, Antoine ; LALLEMENT, Michel (dir.). **Le capital social**. Performance, équité et réciprocité. Préface d'Alain Caillé, postface de Jean-Baptiste de Foucauld. Paris : La découverte, "Recherches", 2006.

BIZEUL, Daniel. **Avec ceux du FN: un sociologue au Front national**. Paris : La Découverte, "Textes à l'appui", 2003.

BLIN, Thierry. **Les sans papiers de Saint-Bernard**. Mouvement social et action organisée. Paris: L'harmattan, "Logiques sociales", 2005.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Eve. **Le Nouvel Esprit du capitalisme**. Paris: Gallimard NRF, 1999.

BOUMAZA, Magali. **Le Front national et les jeunes de 1972 à nos jours – hétérodoxie d'un engagement partisan juvénile**: pratiques, socialisations, carrières militantes et politiques à partir d'observations directes et d'entretiens semi-directifs. Thèse pour le doctorat de science politique, Strasbourg, Université Robert Schuman, dir. Renaud Dorandeu, 2002.

BOURDET, Yvon. **Qu'est-ce qui fait courir les militants?** Analyse sociologique des motivations et des comportements. Paris: Stock, 1976.

BOZON, Michel. **Vie quotidienne et rapports sociaux dans une petite ville de province**. La mise en scène des différences. Lyon : Presses universitaires de Lyon, 1984.

BROQUA, Christophe ; FILLIEULE, Olivier. **Trajectoires d'engagement: Aides et Act Up**. Paris: Textuel, 2001.

BRUNEAU, Ivan. Un mode d'engagement singulier au Front national: la trajectoire scolaire effective d'un fils de mineur. **Politix**, 57, p. 183-211, 2002.

BRUNEAU, Ivan. La Confédération paysanne et le "mouvement altermondialisation". L'international comme enjeu syndical. **Politix**, 68, p. 111-134, 2005.

CALLON, Michel; LASCOUMES, Pierre; BARTHE, Yannick. **Agir dans un monde incertain**: essai sur la démocratie technique. Paris: Seuil, "La couleur des idées», 2001.

CAPDEVIELLE, Jacques; MOURIAUX, René. Le militantisme syndical en France. **Revue française de science politique**, 22 (3), p. 566-581, 1972.

CARTIER, Marie ; COUTANT, Isabelle ; MASCLLET, Olivier; SIBLOT, Yasmine. **La France des "petits-moyens"**. Enquête sur la banlieue pavillonnaire. Paris: La Découverte, "Textes à l'appui-enquêtes de terrain", 2008.

CHARLE, Christophe. Les Normaliens et la socialisme (1867-1914). In: RÉBÉRIOUX, Madeleine ; CANDAR, Gilles (dir.). **Jaurès et les intellectuels**. Paris: Éditions de l'Atelier, 1994. p. 133-168,

CHEssel, Marie-Emmanuelle ; COCHOY, Franck (dir.). Marché et politique : autour de la consommation engagée. **Sciences de la société**, 62, p. 3-207, 2004.

CLARK, Terry Nichols ; HOFFMANN-MARTINOT, Vincent (dir.). **La nouvelle culture politique**. Paris: L'Harmattan, "Logiques politiques", 2003.

COLLOVALD, Annie (dir.) ; LECHIEN, Marie-Hélène ; ROZIER, Sabine; WILLEMEZ, Laurent. **L'humanitaire ou le management des dévouements**. Enquête sur un militantisme de "solidarité internationale" en faveur du Tiers-Monde. Rennes: Presses universitaires de Rennes, "Res Publica", 2002.

CONTREPOIS, Sylvie. **Syndicats, la nouvelle donne**. Enquête sociologique au cœur d'un bassin industriel. Préface de Jean-Pierre Terrail. Paris: Syllepse, 2003.

CROISAT, Maurice; LABBÉ, Dominique. **La fin des syndicats?** Paris: L'Harmattan, "Logiques sociales", 1992.

CRUZEL, Élise. "Passer à l'Attac". Éléments pour l'analyse d'un engagement altermondialiste. **Politix**, 68, p. 135-163, 2005.

DARMON, Muriel. **Devenir anorexique**. Une approche sociologique. Paris: La Découverte, «Textes à l'appui – laboratoire des sciences sociales», 2003.

DAUVIN, Pascal ; SIMÉANT, Johanna & C.A.H.I.E.R. **Le travail humanitaire**. Les acteurs des ONG, du siège au terrain. Paris: Presses de Sciences Po, 2002.

DELLA SUDDA, Magali. **Une activité politique féminine conservatrice avant le droit de suffrage en France et en Italie**. Socio histoire de la politisation des femmes catholiques au sein de la Ligue patriotique des Françaises (1902-1933) et de l'Unione fra le donne cattoliche d'Italia (1909-1919). Thèse de doctorat en histoire, EHESS/Université La Sapienza, 2007.

DIANI, Mario; McADAM, Doug (Eds.). **Social Movements and Networks**. Relational Approaches to Collective Action. Oxford: Oxford University Press, "Comparative Politics", 2003.

DOBRY, Michel. **Sociologie des crises politiques**. La dynamique des mobilisations multisectorielles. Paris: Presses de Sciences Po, 1986.

DRESSEN, Marnix). **De l'amphi à l'établi... Les étudiants maoïstes à l'usine (1967-1989)**. Paris: Belin, "Histoire et société", 1999.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, n° 28, set./dez. 2011, p. 200-255

DREYFUS, Michel ; PENNETIER, Claude ; VIET-DEPAULE, Nathalie (dir.). **La part des militants. Biographie et mouvement ouvrier**: Autour du Maitron, Dictionnaire biographique du mouvement ouvrier français. Paris: Éditions de l'Atelier, "Patrimoine", 1996.

DUBET, François. **Sociologie de l'expérience**. Paris: Seuil, 1994.

DUBET, François. **Le déclin de l'institution**. Paris: Seuil, "L'épreuve des faits", 2002.

DUBUISSON-QUELLIER, Sophie; BARRIER, Julien. Protester contre le marché: du geste individuel à l'action collective. Le cas du mouvement anti-publicitaire. **Revue Française de Science Politique**, 57 (2), p. 209-237, 2007.

DUCHESNE, Sophie. Dons et recherche de soi, l'altruisme en question aux Restaurants du Cur et à Amnesty International. **Les Cahiers du Cevipof**, 33, 2003.

DUCHESNE, Sophie; HAMIDI, Camille. Associations, politiques et démocratie: les effets de l'engagement associatif sur le rapport au politique. In: ANDRIEU, Claire; LE BEGUEC, Gilles; TARTAKOWSKY, Danielle (dir.). **Associations et champ politique**. La loi de 1901 à l'épreuve du siècle. Paris: Publications de la Sorbonne, 2001. p. 625-642.

DURIEZ, Bruno; SAWICKI, Frédéric. Réseaux de sociabilité et adhésion syndicale : le cas de la CFTD. **Politix**, 63, p. 17-57, 2003.

DURIEZ, Hélène. Modèles d'engagement et logiques de structuration des réseaux locaux de la gauche mouvementiste à Lille. **Politix**, 68, p. 165-199, 2005.

EBAUGH, Helen Rose Fuchs. **Becoming an Ex: The Process of Role Exit**. Chicago: University of Chicago Press, 1988.

ELIASOPH, Nina). **Avoiding Politics**. How Americans Produce Apathy in Everyday Life. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

ÉTHUIN, Nathalie. **À l'école du parti. L'éducation et la formation des militants et des cadres du PCF (1970-2003)**. Thèse pour le doctorat de science politique, Université Lille 2, dir. Christian-Marie Wallon-Leducq, 2003a.

ÉTHUIN, Nathalie. De l'idéologisation de l'engagement communiste. Fragments d'une enquête sur les écoles du PCF (1970-1990). **Politix**, 63, p. 145-168, 2003b.

FEDERINI, Fabienne. **Écrire ou combattre**. Des intellectuels prennent les armes (1942-1944). Paris: La Découverte, "Textes à l'appui / Lab. Sciences Sociales", 2006.

FILLIEULE, Olivier (dir.). Le désengagement militant. Paris: Belin, "Sociologiquement", 2005.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 28, set./dez. 2011, p. 200-255

FILLIEULE, Olivier). Dynamics of Commitment in the Sector Known as “Solidarity”: Methodological Reflections Based on the Case of France. In: GIUGNI, Marco; PASSY, Florence (eds). **Solidarity Movements**. New York et Oxford: Rowman & Littlefield Pub, 2001. p. 51-66.

FILLIEULE, Olivier. Post-scriptum: Propositions pour une analyse processuelle de l’engagement individuel. **Revue Française de Science Politique**, 51 (1-2), p. 199-215, 2001.

FILLIEULE, Olivier; BROQUA, Christophe. Raisons d’agir et proximité à la maladie dans l’économie de l’engagement à AIDES, 1984-1998. In: MICOUD, André ; PÉRONI, Michel (dir). **Ce qui nous relie**. Paris: Editions de l’Aube, 2000. p. 283-315.

FILLIEULE, Olivier; MAYER, Nonna (dir.). Devenirs militants. **Revue française de science politique**, 51 (1-2), p. 19-25, 2001.

FILLIEULE, Olivier; PÉCHU, Cécile. **Lutter ensemble. Les théories de l’action collective**. Paris: L’Harmattan, “Logiques sociales”, 1993.

FOURCAUT, Annie. **Bobigny, banlieue rouge**. Paris: Éditions ouvrières/Presses de la FNSP, 1986.

FREEMAN, Jo. The Tyranny of the Structurelessness. **Berkeley Journal of Sociology**, 17, p. 151-165, 1972.

FRETEL, Julien. Quand les catholiques vont au parti. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, 155, p. 77-89, 2004a.

FRETEL, Julien. **Militants catholiques en politique. La nouvelle UDF**. Thèse pour le doctorat de science politique, Université Paris 1, dir. J. Lagroye, 2004b.

GARCIA, Guillaume. **Les causes des “Sans” à l’épreuve de médiatisation. La construction médiatique des mobilisations sociales émergentes: enjeux et perspectives**. Thèse pour le doctorat de science politique, Université Paris IX, dir. Jacques Gertslé, 2005.

GAUBERT, Christophe; LECHIEN, Marie-Hélène; TISSOT, Sylvie (dir.). **Reconversions militantes**. Limoges: PULIM, 2006.

GAXIE, Daniel. Économie des partis et rétributions du militantisme. **Revue française de science politique**, 27 (1), p. 123-154, 1977.

GAXIE, Daniel. Rétributions du militantisme et paradoxes de l’action collective. **Revue suisse de science politique**, 11 (1), p. 157-188, 2005.

GEAY, Bertrand. **Profession: Instituteurs**. Mémoire politique et action syndicale, Paris: Seuil, “Liber”, 1999.

GIUGNI, Marco ; PASSY, Florence (eds). **Political Altruism? Solidarity Movement in International Perspective**, Lanham: Rowman and Littlefield, 2001.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 28, set./dez. 2011, p. 200-255

GOULD, Roger V. Multiple Networks and Mobilization in the Paris Commune, 1871. **American Sociological Review**, 56, p. 716-729, 1991.

GOUSSET, Sandrine. **Sociabilités bourgeoises et investissements “philanthropique”**: une approche par les clubs Rotary. Thèse pour le doctorat de science politique, Université de La Rochelle, dir. Johanna Siméant, 2004.

GUSFIELD, Joseph R. **Symbolic Crusade**: Status Politics and the American Temperance Movement. Urbana: University of Illinois Press, 1963.

HAMIDI, Camille. **Les effets politiques de l’engagement associatif**. Le cas des associations issues de l’immigration. Thèse pour le doctorat de science politique de l’IEP de Paris, dir. Nonna Mayer, 2002.

HAMIDI, Camille. Lire le capital social. Autour de Robert Putnam. **Revue française de science politique**, 53 (4), p. 607-613, 2003.

HAMIDI, Camille. Éléments pour une approche interactionniste de la politisation. Engagement associatif et rapport au politique dans des associations locales issues de l’immigration. **Revue française de science politique**, 56 (1), p. 5-25, 2006.

HASTINGS, Michel. **Halluin la rouge : 1919-1939**. Aspects d’un communisme identitaire : singularités écologiques et stratégies d’implantation. Lille: Presses universitaires de Lille, 1991.

HAVARD-DUCLOS, Bénédicte; NICOURD, Sandrine. **Pourquoi s’engager?** Bénévoles et militants dans les associations de solidarité. Paris: Payot, 2005.

HÉRAN, François. Un monde sélectif : les associations. **Économie et Statistiques**, 208, p. 17-31, 1988a.

HÉRAN, François. Au cœur du réseau associatif: les multi-adhérents. **Économie et Statistiques**, 208, p. 33-44, 1988b.

HERVIEU-LEGER, Danièle. **Le pèlerin et le converti**. La religion en mouvement. Paris: Flammarion, “Champs”, 1999.

HIRSCHMAN, Albert O. **Défection et prise de parole**. Paris: Fayard (1^{ère} éd. 1970), 1995.

HIRSCHMAN, Albert O. **Bonheur privé, action publique**. Paris: Fayard, “L’espace du politique”(1^{ère} éd. 1982), 1983.

INGLEHART, Ronald. **The Silent Revolution: Changing Values and Political Styles among Western Publics**. Princeton: Princeton University Press, 1977.

INGLEHART, Ronald. **La transition culturelle dans les sociétés industrielles avancées**. Paris: Economica (1^{ère} éd. 1990), 1993.

ION, Jacques (dir.). **L’engagement au pluriel**. Saint-Etienne: Publications de l’Université de Saint-Etienne, “Matière à penser-sociologie”, 2001.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 28, set./dez. 2011, p. 200-255

ION, Jacques. **La fin des militants?** Paris: Éditions de l'Atelier / Éditions ouvrières, "Enjeux de société", 1997.

ION, Jacques ; FRANGUIADAKIS, Spyros; VIOT, Pascal. **Militer aujourd'hui**, Paris: Autrement, "Cevipof", 2005.

ION, Jacques; PERONI, Michel (dir.). **Engagement public et exposition de la personne**. La Tour d'Aigues: Éditions de l'Aube, 1997.

JASPER, James M. **The Art of Moral Protest**. Culture, Biography and Creativity in Social Movements. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1997.

JORDAN, Grant; MALONEY, William. **The Protest Business?** Mobilizing Campaign Groups. Manchester et New York: Manchester University Press, "Issues in Environmental Politics", 1997.

JUHEM, Philippe). **SOS-Racisme, histoire d'une mobilisation "apolitique"**. Contribution à une analyse des transformations des représentations politiques après 1981. Thèse de science politique, Paris X, dir. B. Lacroix, 1998.

JUHEM, Philippe. Entreprendre en politique, De l'extrême-gauche au PS: la professionnalisation politique des fondateurs de *SOS-Racisme*. **Revue Française de Science Politique**, 51 (1-2), p. 131-154, 2001.

KANTER, Rosabeth Moss. Commitment and Social Organization. **American Sociological Review**, 33 (4), p. 499-517, 1968.

KLANDERMANN, Bert. The Demand and Supply of Participation: Social Psychological Correlates of Participation in Social Movements. In: SNOW, David A.; SOULE, Sarah A.; KRIESI, Hanspeter (eds.). **The Blackwell Companion to Social Movements**. Oxford: Blackwell, 2004. p. 360-379.

KLEIDMAN, Robert. Volunteer Activism and Professionalism in Social Movement Organizations. **Social Problems**, 41 (2), p. 257-276, 1994.

KRIEGER, Annie. **Les communistes**: essai d'ethnographie politique. Paris: Seuil, 1968.

LABBÉ, Dominique. **Syndicats et syndiqués en France depuis 1945**. Paris: L'Harmattan, "Logiques politiques", 1996.

LABBÉ, Dominique ; COURTOIS, Stéphane (dir.). **Regards sur la crise du syndicalisme**. Paris: L'Harmattan, "Logiques sociales", 2001.

LAFONT, Valérie). Les jeunes militants du Front national: trois modèles d'engagement et de cheminement. **Revue française de science politique**, 51 (1-2), p.175-198, 2001a.

LAFONT, Valérie. Lien politique et lien social : la vie associative et l'engagement au Front national. In: ANDRIEU, Claire; LE BEGUEC, Gilles; TARTAKOWSKY,

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, n° 28, set./dez. 2011, p. 200-255

Danielle (dir.). **Associations et champ politique.** La loi de 1901 à l'épreuve du siècle, Paris: Publications de la Sorbonne, 2001b. p. 419-437.

LAGRAVE, Rose-Marie (dir.). *Celles de la terre. Agricultrice l'invention politique d'un métier.* Paris: Éditions de l'EHESS, "Recherches d'histoire et de sciences sociales", 1987.

LAGROYE, Jacques. **La vérité dans l'Église catholique.** Contestations et restauration d'un régime d'autorité. Paris: Belin, "Sociologiquement", 2006.

LAGROYE, Jacques; LORD, Guy; MOUNIER-CHAZEL, Lise; PALARD, Jacques. **Les militants politiques dans trois partis français.** Paris: Pedone, 1976.

LAGROYE, Jacques; SIMEANT, Johanna. Gouvernement des humains et légitimation des institutions. In: FAVRE, Pierre; HAYWARD, Jack; SCHEMEIL, Yves (dir.). **Être gouverné.** Études en l'honneur de Jean Leca. Paris: Presses de Sciences Po, 2003. p. 53-71.

LAHIRE, Bernard. **L'homme pluriel.** Les ressorts de l'action. Paris: Nathan, "Essais et recherches", 1998.

LAHIRE, Bernard. De la théorie de l'habitus à une sociologie psychologique. In: LAHIRE, Bernard (dir.). **Le travail sociologique de Pierre Bourdieu.** Dettes et critiques. Paris: La découverte, 1999. p. 121-152.

LAHIRE, Bernard. **Portraits sociologiques.** Dispositions et variations individuelles. Paris: Nathan, "Essais et recherches", 2002.

LASCOUMES, Pierre. **L'éco-pouvoir.** Environnements et politiques. Paris: La Découverte, "Textes à l'appui. Série écologie et société", 1994.

LE QUENTREC, Yannick; RIEU, Annie. **Femmes:** engagements publics et vie privée, Paris: Syllepse, 2003.

LECHIEN, Marie-Hélène. Des militants de la "cause immigrée. Pratiques de solidarité et sens privé de l'engagement. **Genèses**, 50, p. 91-110, 2003.

LECLERCQ, Catherine. "Raisons de sortir". Les militants du parti communiste français. In: FILLIEULE, Olivier (dir.). **Le désengagement militant.** Paris: Belin, "Sociologiquement", 2005. p. 131-153.

LEFEBVRE, Rémi; SAWICKI, Frédéric. **La société des socialistes.** Le PS aujourd'hui. Bellecombe-en-Bauges: Éditions du Croquant, "Savoir/Agir", 2006.

LEFÈVRE, Sylvain. Le sale boulot et les bonnes causes: institutionnalisation et légitimation du marketing direct au sein des ONG. **Politix**, 79, p. 149-172, 2007.

LICHTERMAN, Paul. **The Search for Political Community.** American Activists Reinventing Commitment. New York: Cambridge University Press, 1996.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, n° 28, set./dez. 2011, p. 200-255

LOFLAND, John F.; STARK, Rodney. *Becoming a World-Saver: A Theory of Religious Conversion*. **American Sociological Review**, 30, p. 862-874, 1965.

LOISEAU, Dominique. **Femmes et militantisme**. Paris: L'Harmattan, "Logiques sociales", 1996.

MAÎTRE, Jacques. **L'autobiographie d'un paranoïaque**. Avant-propos dialogué avec Pierre Bourdieu. Paris: Anthropos, 1994.

MARESCA, Sylvain. **Les dirigeants paysans**. Paris: Minuit, "Le sens commun", 1983.

MARIJNEN, Anne. **Mobilisations politiques et monde rural : le cas du Parti communiste italien dans la province de Sienne de 1944 aux années 1960**. Thèse pour le doctorat en histoire, Institut universitaire européen de Florence, sous la direction de Heinz-Gerhard Haupt et Michel Offerlé, 2000.

MASCLET, Olivier. **La gauche et les cités**. Enquête sur un rendez-vous manqué. Préface d'Olivier Schwartz. Paris: La Dispute, "Pratiques politiques", 2003.

MATHIEU, Lilian. **Mobilisations improbables**. L'action collective des prostituées. Paris: Belin, "Socio-histoires", 2001.

MATONTI, Frédérique. **Essai sur l'obéissance politique**. La Nouvelle Critique (1967-1980). Paris: La Découverte, "L'espace de l'histoire", 2005.

MATONTI, Frédérique; POUPEAU, Franck. Le capital militant (1). **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, p. 5-11, 2004.

MAURER, Sophie. **Les chômeurs en action, décembre 1997-mars 1998**: mobilisation collective et ressources compensatoires. Paris: L'Harmattan, "Logiques sociales", 2001.

MAURER, Sophie; PIERRU, Emmanuel. Le mouvement des chômeurs de l'hiver 1997-1998 : retour sur un "miracle social". **Revue française de science politique**, 51 (3), p. 371-407, 2001.

MAYER, Nonna. Les conséquences politiques du capital social : le cas français. **Revue internationale de politique comparée**, 10 (3), p. 381-395, 2003.

McADAM, Doug. Recruitment to High Risk Activism: The Case of Freedom Summer. **American Journal of Sociology**, 92 (1), p. 64-90, 1986.

McADAM, Doug. **Freedom Summer**. Oxford: Oxford University Press, 1988.

McADAM, Doug. The Biographical Consequences of Activism. **American Sociological Review**, 54 (5), p. 744-760, 1989.

McADAM, Doug. Pour dépasser l'analyse structurale de l'engagement militant. In: FILLIEULE, Olivier (dir.). **Le désengagement militant**. Paris: Belin, "Sociologiquement", 2005. p. 49-73.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, n° 28, set./dez. 2011, p. 200-255

MEMMI, Dominique. L'engagement politique. In: GRAWITZ, Madeleine; LECA, Jean (dir.). **Traité de science politique**. Paris: PUF, vol. 3, 1985. p. 310-366.

MICHEL, Hélène; WILLEMEZ, Laurent. Investissements savants et investissements militants du droit du travail : syndicalistes et avocats travaillistes dans la défense des salariés. In: HAMMAN, Philippe; MEON, Jean-Mathieu ; VERRIER, Benoît (éd.), **Discours savant, discours militant... Mélange des genres**. Paris: L'Harmattan, "Logiques politiques", 2002. p. 153-175.

MICHELETTI, Michèle. **Political virtue and shopping**: individuals, consumerism, and collective action. Palgrave: Macmillan, 2003.

MIRE. **Produire les solidarités**. La part des associations. Paris: Rencontres et Recherches, 1997.

MISCHI, Julian. **Structuration et désagrégation du communisme français, 1920-2002**. Usages sociaux du parti et travail partisan en milieu populaire. Thèse pour le doctorat d'études politiques, EHESS, dir. Marc Lazar. 2002.

MOTHÉ, Daniel. **Le métier de militant**. Paris: Seuil, "Points", 1973.

MOUCHARD, Daniel. Les mobilisations des 'sans' dans la France contemporaine. **Revue française de science politique**, vol. 52, n°4, p. 425-448, 2002.

MOURIAUX, René. **Les syndicats dans la société française**. Paris: Presses de la FNSP. 1983.

MOURIAUX, René. **Crises du syndicalisme français**. Paris: Montchrestien, "Clefs", 1998.

NEVEU, Catherine. **Citoyenneté et espace public**: habitants, jeunes et citoyens dans une ville du Nord. Villeneuve d'Ascq: Presses du Septentrion, 2004.

OBERSCHALL, Anthony. **Social Conflict and Social Movements**. New York: Prentice-Hall, 1973.

OFFE, Claus. **Les démocraties modernes à l'épreuve**. Textes réunis et présentés par Yves Sintomer et Didier Le Saout. Paris: L'Harmattan, "Logiques politiques", 1997.

OFFERLÉ, Michel (dir.). **La profession politique, XIXe-XXe siècles**. Paris: Belin, "Socio-histoires", 1999,

OFFERLÉ, Michel. Illégitimité et légitimation du personnel ouvrier en France avant 1914. **Annales ESC**, 4, p. 681-713, 1984.

OGIEN, Albert. **Sociologie de la déviance**. Paris: Armand Colin, "Collection U" (1^{ère} éd. 1995), 1999.

OLLITRAUT, Sylvie. Les écologistes français, des experts en action. **Revue française de science politique**, 51 (1-2), p. 105-130, 2001.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, n° 28, set./dez. 2011, p. 200-255

OLLITRAUT, Sylvie. **Militer pour la planète**. Sociologie des écologistes. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2008.

PARIZOT, Isabelle. **Soigner les exclus**. Identités et rapports sociaux dans les centres de soins gratuits. Paris: PUF, "Le lien social", 2003.

PASSY, Florence. **L'action altruiste - Contraintes et opportunités de l'engagement dans les mouvements sociaux**. Genève: Droz, 1998.

PECHU, Cécile. Les générations militantes à Droit au logement. **Revue française de science politique**, 51 (1-2), p. 73-103, 2001.

PÉCHU, Cécile. **Du Comité des Mal logés à Droit au logement, sociologie d'une mobilisation**: les transformations contemporaines de l'action collective. Thèse pour le doctorat de science politique, IEP de Paris, dir. Pierre Favre, 2004.

PENEFF, Jean. Autobiographies de militants ouvriers. **Revue française de science politique**, XXIX (1), p. 53-82, 1979.

PENNETIER, Claude; PUDAL, Bernard (dir.). **Autobiographies, autocritiques, aveux dans le monde communiste**. Paris: Belin, "Socio-histoires", 2002.

POLITIX. **Militants de l'altermondialisation**. Dossier coordonné par O. Fillieule, E. Agrikoliansky et N. Mayer, 68, 2004.

PROUTEAU, Lionel (dir.). **Les associations entre le bénévolat et la logique d'entreprise**. Rennes: Presses universitaires de Rennes, "L'univers des normes", 2003.

PROUTEAU, Lionel. Les différentes façons d'être bénévole. **Économie et statistique**, 311, p.57-73. 1998.

PUDAL, Bernard. **Prendre parti**. Pour une sociologie historique du PCF. Paris: Presses de la FNSP, 1989.

PUDAL, Bernard. Gérard Belloin, de l'engagement communiste à l'"auto-analyse". In: FILLIEULE, Olivier (dir.). **Le désengagement militant**. Paris: Belin, "Sociologiquement", 2005. p. 155-170.

PURSEIGLE, François. **Les sillons de l'engagement**. Jeunes agriculteurs et action collective. Paris: L'Harmattan, "Débat jeunesse", 2004.

PUTNAM, Richard D. **Bowling Alone: the Collapse and Revival of American Community**. New-York: Simon & Schuster, 2000.

RAVON, Bertrand; RAYMOND, Roland. Engagement bénévole et expérience de soi : l'exemple des Restos du cœur. In : ION, Jacques; PERONI, Michel (dir.). **Engagement public et exposition de la personne**. La Tour d'Aigues: Éditions de l'Aube, 1997. p. 99-109.

RETIÈRE, Jean-Noël. Être sapeur-pompier volontaire: du dévouement à la compétence. **Genèses**, 16, p. 94-113, 1994a.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, n° 28, set./dez. 2011, p. 200-255

RETIÈRE, Jean-Noël. **Identités ouvrières**. Histoire sociale d'un fief ouvrier en Bretagne. 1909-1990. Paris: L'Harmattan, Le monde de la vie quotidienne, 1994b.

REYNAUD, Emmanuèle. Le militantisme moral. In : MENDRAS, Henri (dir.). **La sagesse et le désordre. France 1980**, Paris : Gallimard, «Bibliothèque des sciences humaines», 1980. p. 271-286.

SAINSAULIEU, Renaud ; LAVILLE, Jean-Louis (dir.). **Sociologie de l'association**. Des organisations à l'épreuve du changement social. Paris: Desclée de Brouwer, "Sociologie économique», 1997.

SAWICKI, Frédéric. **Les réseaux du Parti socialiste**. Sociologie d'un milieu partisan. Paris: Belin, "Socio-histoires", 1997.

SAWICKI, Frédéric. Classer les hommes politiques. In : OFFERLÉ, Michel (dir.). **La profession politique, XIXe-XXe siècle**. Paris: Belin, coll. "Socio-histoires", 1999. p. 135-170.

SAWICKI, Frédéric. Les politistes et le microscope. In: BACHIR, Myriam (dir.). **Les méthodes au concret**. Paris: PUF, CURAPP, 2000, p. 187-208.

SAWICKI, Frédéric. Les temps de l'engagement. À propos de l'institutionnalisation d'une association de défense de l'environnement. In: LAGROYE, Jacques (dir.). **La politisation**. Paris: Belin, "Socio-histoires", 2003a. p. 123-146.

SAWICKI, Frédéric; LEFEBVRE, Rémi; NEVEU, Catherine; VILLALBA, Bruno. **Les revendications liées à l'environnement dans l'ancien bassin minier du Nord-Pas-de-Calais**: la difficile émergence d'une cause. Rapport de recherche, Plan urbain construction, Ministère de l'Équipement, des Transports et du Logement, 2001. 250 p.

SIMÉANT, Johanna. **La cause des sans-papiers**. Paris: Presses de Sciences Po, 1998.

SIMÉANT, Johanna. Une mondialisation du sans-frontiérisme humanitaire?. In: LAROCHE, Josepha (dir.). **Mondialisation et gouvernance mondiale**. Paris: PUF, IRIS, p. 121-133, 2003.

SIMONET-CUSSET, Maud. "Give back to the community". Le monde du bénévolat américain et l'éthique de la responsabilité communautaire. **Revue française des affaires sociales**, 4, p. 167-188, 2002.

SMITH, Steven R.; LIPSKY, Michael. **Nonprofits for Hire: The Welfare State in the Age of Contracting**. Cambridge Mass., Harvard University Press, 1993.

SNOW, David A.; ZURCHER, Louis A.; EKLAND-OLSON, Sheldon. Social Networks and Social Movements: a Microstructural Approach to Differential Recruitment. **American Sociological Review**, 45, p. 787-801, 1980.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, n° 28, set./dez. 2011, p. 200-255

SNOW, David A.; MACHALEK, Richard A. The Sociology of Conversion. **Annual Review of Sociology**, 10, p. 167-190, 1984.

SOMMIER, Isabelle ; BRUGIÉ, Jean. **Officier et communiste dans les guerres coloniales**. Paris: Flammarion, 2005.

STRAUSS, Anselm. **Continual Permutations of Action**. New York: Aldine de Gruyter, 1993.

SUAUD, Charles. **La vocation**: conversion et reconversion des prêtres ruraux. Paris: Minit, "Le sens commun", 1978.

SUBILEAU, Françoise. Le militantisme dans les partis politiques sous la Cinquième République: État des travaux de langue française. **Revue française de science politique**, 31 (5-6), p. 1038-1068, 1981.

TILLY, Charles. **From Mobilisation to Revolution**. Reading (Mass.), Addison-Wesley, 1978.

TIXIER, Pierre-Eric. **Mutation ou déclin du syndicalisme?** Le cas de la CFDT. Paris: PUF, "Sociologies", 1992.

TOURAINÉ, Alain (dir.). **Mouvements sociaux d'aujourd'hui**. Paris: Les Éditions ouvrières, 1982.

TOURAINÉ, Alain. **La société post-industrielle**. Naissance d'une société. Paris: Denoël-Gonthier, 1969.

TRAÏNI, Christophe (dir.). **S'émouvoir pour la cause**. Sensibilisation et mobilisations collectives. Presses de Science Po, 2008.

TROM, Danny. De la réfutation de l'effet NIMBY considéré comme une pratique militante: notes pour une approche pragmatique de l'activité revendicative. **Revue française de science politique**, 49 (1), p.31-50, 1999.

UBBIALI, Georges. La reconversion des professionnels du syndicalisme. **Travail et emploi**, 80, p. 141, 1999.

VAN DETH, Jan (Ed.). **Private Groups and Public Life**. Social Participation, voluntary associations and political Involvement in representative Democracy. Londres: Routledge, 1997.

VENNER, Fiammetta. **Les mobilisations de l'entre-soi**: définir et perpétuer une communauté : le cas de la droite radicale française, 1981-1999. Thèse pour le doctorat de science politique, IEP Paris, dir. Pascal Perrineau, 2002.

VERRET, Michel ; CREUSEN, Joseph. **La culture ouvrière**. Saint-Sébastien-sur-Loire: ACL Éditions, 1988.

Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 28, set./dez. 2011, p. 200-255

WAGNER, Anne-Catherine. Syndicalistes européens. Les conditions sociales et institutionnelles de l'internationalisation des militants syndicaux. **Actes de la recherche en sciences sociales**, 155, p. 13-34, 2004.

WILLEMEZ, Laurent. Engagement professionnel et fidélités militantes. Les avocats travaillistes dans la défense judiciaire des salariés. **Politix**, 62, p. 145-164, 2003.

WILLEMEZ, Laurent. Perseverare Diabolicum: l'engagement militant à l'épreuve du vieillissement social. **Lien social et Politiques-RIAC**, 51, p. 71-82, 2004.

ZUNIGO, Xavier. **Volontaires chez Mère Teresa**. Paris: Belin, "Sociologiquement", 2003.

Recebido em: 09/06/2011

Aceite final: 13/07/2011